

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BRUNO ANDRÉIA LUIZETTE DE GRANDE

A construção do conceito de Oriente Médio como região: Reflexões a partir de
Edward Said, Sandra Lencioni e Rogério Haesbaert

São Paulo

2021

BRUNO ANDRÉIA LUIZETTE DE GRANDE

A construção do conceito de Oriente Médio como região: Reflexões a partir de
Edward Said, Sandra Lencioni e Rogério Haesbaert

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Regional

Orientação: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Gc Grande, Bruno Andréia L. de
A construção do conceito de Oriente Médio como
região: Reflexões a partir de Edward Said, Sandra
Lencioni e Rogério Haesbaert / Bruno Andréia L. de
Grande; orientadora Rita de Cássia Ariza da Cruz -
São Paulo, 2021.
57 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Oriente Médio. 2. Região e regionalização. I.
Cruz, Rita de Cássia Ariza da, orient. II. Título.

RESUMO

GRANDE, Bruno Andréia L. de. **A construção do conceito de Oriente Médio como região**: Reflexões a partir de Edward Said, Sandra Lencioni e Rogério Haesbaert. 2021. 57 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Este trabalho tem como finalidade explicar, questionar e despertar a reflexão sobre os elementos que levaram o Oriente Médio a ser construído e pensado como uma região e as abordagens do Oriente Médio segundo estudos da Geografia Regional contemporânea, promovendo uma leitura e interpretação da obra máxima do crítico literário e professor universitário palestino Edward Said “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente” com base nas grandes obras da Geografia Regional: “Região e Geografia”, de Sandra Lencioni e “Regional-Global: Dilemas da Região e Regionalização na Geografia Contemporânea”, de Rogério Haesbaert.

Palavras-chave: Oriente Médio. Região. Regionalização. Construção. Árabe. Islâmico.

ABSTRACT

GRANDE, Bruno Andréia L. de. **The construction of the concept of the Middle East as a region**: Reflections from Edward Said, Sandra Lencioni and Rogério Haesbaert. 2021. 57 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This paper aims to explain, question and arouse reflection on the elements that led the Middle East to be constructed and thought of as region and the approaches to the Middle East according to contemporary Regional Geography studies, promoting a reading and interpretation of the magnum opus of the palestinian literary critic and university professor Edward Said “Orientalism” based on the great works of Regional Geography: “Region and Geography” by Sandra Lencioni and “Regional-Global: Dilemmas of Region and Regionalisation in Contemporary Geography” by Rogério Haesbaert.

Keywords: Middle East. Region. Regionalisation. Construction. Arab. Islamic.

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| Mapa 1 - Mapa político do Oriente Médio (regionalização mais comum) | 9 |
| Mapa 2 - Mapa climático do Oriente Médio (regionalização mais comum) | 38 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Introdução | 8 |
| Capítulo 1. A história da construção do conceito de Oriente Médio como região através da análise da obra “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”, do intelectual árabe Edward Said | 12 |
| 1.1. O “Oriente” inventado como diferente e inferior ao e pelo “Ocidente” | 13 |
| 1.2. O Islã entra em cena | 15 |
| 1.3. O Orientalismo como instrumento de poder | 16 |
| 1.4. O Imperialismo britânico e francês no Oriente Médio dos séculos XIX e XX | 17 |
| 1.5. A desumanização dos árabes e/ou muçulmanos pela mentalidade científica europeia dos séculos XIX e XX | 22 |
| 1.6. O impacto da influência estadunidense sobre a imagem dos árabes e/ou muçulmanos na Contemporaneidade | 26 |
| Capítulo 2. Região e regionalização: uma abordagem geográfica sobre o conceito de Oriente Médio como região | 31 |
| 2.1. A ideia e a elaboração da região como parte de um todo e a sua relação com o Oriente Médio | 31 |
| 2.2. A ideia e a elaboração da regionalização como instrumento de diferenciação de áreas e a sua relação com o Oriente Médio | 34 |
| 2.3. A polarização como elemento da região e sua análise sobre o Oriente Médio | 35 |
| 2.4. O conceito de Oriente Médio como região sob o pensamento lablachiano | 37 |
| 2.5. O conceito de Oriente Médio como região sob o pensamento fenomenológico | 39 |
| 2.6. A Identidade Regional e a sua relação com o Oriente Médio | 42 |
| 2.7. O conceito de Oriente Médio como região sob o pensamento marxista | 45 |
| 2.8. A reprodução do conceito de Oriente Médio como região no contexto da Globalização | 47 |
| Capítulo 3. A região como artefato, segundo Rogério Haesbaert e o caso do Oriente Médio | 49 |
| 3.1. O que é pensar a Região como Artefato? | 49 |
| 3.2. O Oriente Médio como região artefato | 51 |
| Considerações Finais | 54 |
| Referências Bibliográficas | 56 |

Introdução

Se eu perguntar a qual região do mundo pertencem os países Arábia Saudita, Líbano, Iraque, Síria, Irã ou Egito, o mais esperado é que qualquer pessoa responda: Oriente Médio. Mas já se perguntaram: o que é uma Região e o que é o Oriente Médio?

Primeiramente, região é uma palavra muito presente no vocabulário comum, mas por representar uma ideia sobre o espaço – sendo que o espaço é o fundamento da Geografia –, a região se tornou objeto de análise da ciência geográfica, dando origem ao campo do conhecimento da Geografia Regional. Cabe ao geógrafo conceituar e sistematizar o significado de região, com a finalidade de estudá-la em suas formas mais diversas, cuja presença compreende toda realidade dos espaços terrestres. Esta abordagem de recorte do espaço tem o seu sentido único, mas o seu conceito não possui uma definição única ou fixa (como exemplo do território, que é um espaço sob exercício de poder), portanto, é desejável ao geógrafo refletir e explicar sobre os elementos concretos e mentais que dão sentido à classificação de dado lugar como região, mas antes de tudo, ter claro em mente que a região é uma construção do intelecto humano sobre o espaço real.

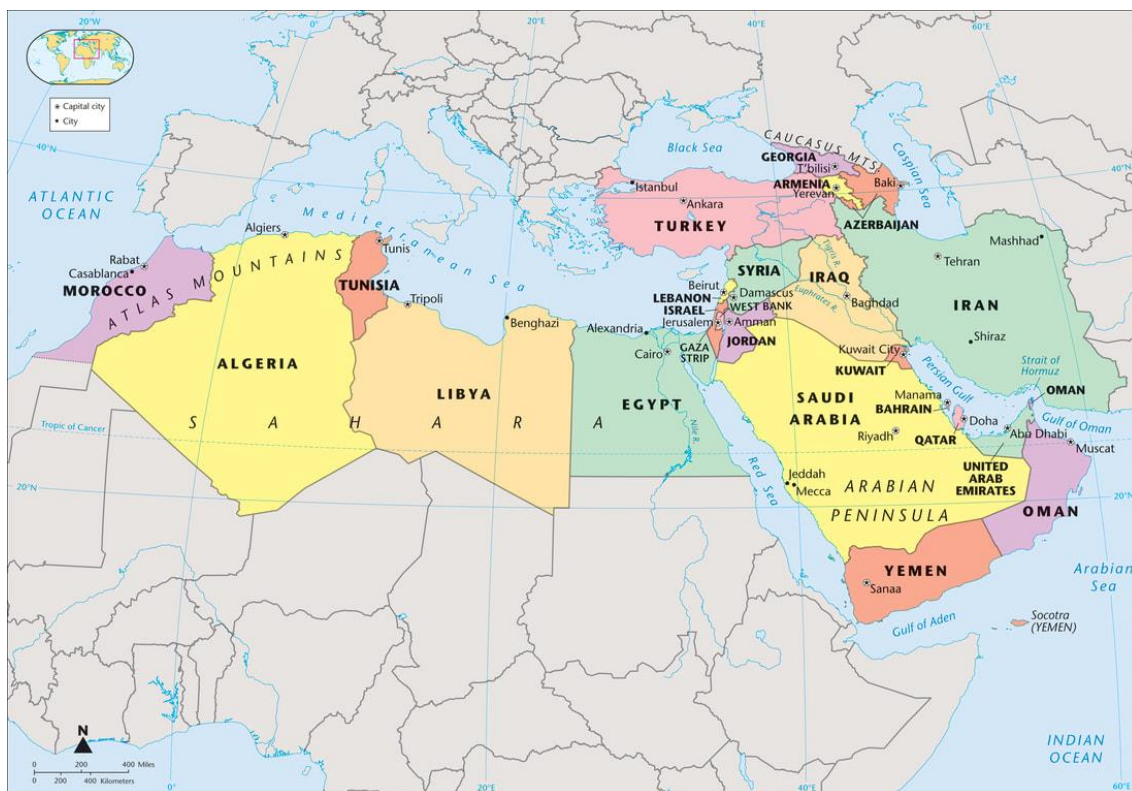
Desde sua gênese epistemológica até os dias presentes, o conceito de região desperta diferentes visões entre geógrafos e não-geógrafos, levando ao surgimento de novos conceitos que buscam explicar os fenômenos de natureza regional. Os geógrafos e professores universitários brasileiros Sandra Lencioni e Rogério Haesbaert contribuíram grandiosamente para o desenvolvimento contemporâneo da Geografia Regional, trazendo perspectivas e propondo novos conceitos, que fundamentalmente se farão presentes neste trabalho.

A região é um produto da história e da cultura, e para sua compreensão ser efetiva, deve-se partir da realidade concreta para a reflexão abstrata, compreendendo as mistificações que auxiliaram na construção do seu significado, ainda mais quando se trata do Oriente Médio, cuja ideia sempre esteve muito relacionada ao secreto e o oculto.

O Oriente Médio é uma das regiões reconhecidas pela ciência geográfica que compõem o globo terrestre. A origem de seu nome está ligada à visão de mundo dos gregos durante a Antiguidade, que ao denominarem seus próprios territórios como centro do mundo, marcavam as terras que estavam a leste como oriente, sendo: a Ásia Menor (atual Turquia), o oriente mais próximo, a Índia (as terras mais ao leste conhecidas pelos gregos), o oriente mais distante, e as terras compreendidas entre as duas, o oriente médio.

Foi a partir da Grécia Antiga que o conceito de Oriente Médio como região passou a se desenvolver no imaginário popular e nos campos científicos de estudo do espaço social. Desenvolvimento este construído fundamentalmente por sujeitos externos à região, e segundo o qual até os dias atuais não há um consenso sobre os limites espaciais dessa região; por isso o Oriente Médio pode ser representado segundo as mais diversas extensões, mas sempre relacionado com o mundo árabe-islâmico. Por exemplo, todo norte da África mais a Turquia são comumente classificados como Oriente Médio, rompendo com a ideia original sobre a região, e mostrando o caráter mutável das visões de mundo ao longo do desenrolar da história.

Mapa 1 - Mapa político do Oriente Médio (regionalização mais comum)



Fonte: <http://laurenmjones1.weebly.com/north-africa-and-the-middle-east-one-pager.html>

A presença de religiões não islâmicas no Oriente Médio é baixíssima, mas apesar da região ser predominantemente marcada pela população árabe, há outros povos, que se apresentam numerosos, vivendo no Oriente Médio: como os curdos (maior povo apátrida do mundo), os turcos (população majoritária da Turquia), os persas (população majoritária do Irã) e os judeus (população majoritária de Israel), porém, de uma maneira

ou outra, estes povos estão ligados de forma mais direta à cultura árabe. Não há dúvidas que falar do Oriente Médio é falar do mundo árabe-islâmico.

O mundo dito “ocidental”, basicamente formado pela Europa e América (tendo a primeira como base cultural, linguística e religiosa da segunda), tem o Oriente Médio como uma das regiões mais populares do conhecimento de seus habitantes, por mais equivocada e estereotipada que ela predominantemente se apresente. Além da grande ênfase dada à região em questão nas escolas (principalmente nas aulas de Geografia), o Oriente Médio é constantemente tema de noticiários, principalmente por conta de sua instabilidade política, que resulta em conflitos violentos de origem religiosa, étnica e/ou geopolítica.

Devido aos ataques do 11 de setembro de 2001 em Nova York, de uma maneira geral, a mídia ocidental construiu na mente da população uma forte relação do povo árabe e a religião islâmica com o terrorismo; porém, a difamação do povo árabe e/ou muçulmano vem sendo construída desde a Antiguidade. Além do seu caráter polêmico e, considerado por muitos, negativo, o Oriente Médio também é tema de muitas histórias fantásticas da literatura e do cinema, sendo muitas vezes representado como um lugar místico, além das caracterizações estereotipadas dos personagens árabes.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), aponta Haesbaert (2010, p.112), considera a existência de “categorias da prática” e “categorias da análise” nos estudos e pesquisas das ciências humanas, sendo “as primeiras relativas à experiência cotidiana de atores ordinários, as segundas, distantes da experiência, ligadas a seu uso pelos cientistas sociais.” A Geografia, que tem como fundamento o estudo dos fenômenos que ocorrem no espaço, é uma ciência na qual as categorias de Bourdieu se fazem necessárias para a compreensão dos espaços sociais, como exemplo da região.

Como será mostrado por Edward Said neste trabalho, o acervo erudito que possuímos sobre a região do Oriente Médio é predominantemente marcado pelas categorias de análise, e quando as categorias de prática se dão presentes, muitas vezes observa-se uma visão preconceituosa do autor. Esse marcante predomínio das categorias de análise nos estudos sobre o Oriente Médio não se resume apenas aos documentos da erudição europeia dos séculos XIX e XX, pois na atualidade, por questões de dificuldade com a língua e, infelizmente, por conta da instabilidade política que a região sofre – o que dificulta esta forma de acesso –, as produções acadêmico-literárias ocidentais (América e Europa) continuam prevalecendo sobre as categorias de análise.

Na construção deste trabalho partimos da obra de Edward Said, autor de extrema importância no desenvolvimento de nossas reflexões, considerando sua obra máxima “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”, na qual o intelectual árabe nos mostra como a erudição definiu o nosso modo de pensar o Oriente Médio, principalmente quanto à aversão que tantas pessoas, do mundo inteiro, têm aos povos da região em questão. E, a partir da obra de Said, buscamos em trabalhos de Sandra Lencioni e Rogério Haesbaert elementos teórico-metodológicos para refletir sobre o conceito de Oriente Médio.

Capítulo 1.

A história da construção do conceito de Oriente Médio como região através da análise da obra “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, do intelectual árabe Edward Said

Não há como falar do Oriente Médio sem considerar (e mesmo enfatizar) o povo árabe e a religião islâmica, pois apesar dessa região apresentar outros povos e outras religiões dentro de toda sua espacialidade, sua base cultural, linguística, religiosa, política, intelectual e até gastronômica é de origem árabe e islâmica; além de estes representarem a grande maioria da população que compõe o Oriente Médio.

O Oriente Médio, assim como todas as outras regiões do mundo, é um fruto da construção do intelecto humano, e o que difere uma região de outra, mais do que os critérios que a levaram a ser definida como tal, são as motivações que deram sentido ao seu processo construtivo-classificatório. No caso da região de análise deste trabalho, ela foi concebida de maneira externa, como forma de contraste cultural generalizado. No seu livro “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, Edward Said explica como se deu essa construção e enfatiza os seus impactos na vida dos povos habitantes do Oriente Médio ao longo da história e na mentalidade presente no mundo “ocidental” sobre os árabes e muçulmanos; e infelizmente, esses impactos são bastante negativos.

Apesar do título da obra de Said induzir que o “Oriente” será tratado de forma mais abrangente, são muito raros os momentos em que o autor não se refere especificamente ao mundo árabe-islâmico ao utilizar o termo. “Oriente”, “Oriente Próximo” e “Oriente Médio” são os termos que Said utiliza para se referir à mesma região, dando sempre destaque ao seu caráter imaginário, devido a invenção ideológica atribuída à região por externos, ou seja, por pessoas – no caso, europeus – que não viviam a realidade do dito “Oriente Médio”.

Said considera aquilo dito sobre o “Oriente Médio” – seja por intermédio da erudição ou do conhecimento popular – por quem vive fora da realidade dessa região como: “Orientalismo”. Segundo o autor, o “Orientalismo” foi o grande responsável pela construção do conceito do, popularmente conhecido Oriente Médio como uma região do globo terrestre e de todos os estereótipos e preconceitos sobre seus povos nativos, e mais

do que isso, responsável pelo futuro domínio “ocidental” – europeu nos séculos XIX e XX e estadunidense nos séculos XX e XXI – que essa região sofreu

“Orientalismo” é o termo genérico que tenho empregado para descrever a abordagem ocidental do Oriente; Orientalismo é a disciplina pela qual o Oriente era (e é) abordado de maneira sistemática, como um tópico de erudição, descoberta e prática. Mas, além disso, tenho usado a palavra para designar o conjunto de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para quem tenta falar sobre o que existe a leste da linha divisória. Esses dois aspectos do Orientalismo não são incongruentes, pois foi pelo uso dos dois que a Europa conseguiu avançar de forma segura e não metafórica sobre o Oriente. (SAID, 2015, p. 115)

1.1. O “Oriente” inventado como diferente e inferior ao e pelo “Ocidente”

A cultura europeia ganhou força e identidade ao se contrastar com o Oriente, visto como uma espécie de eu substituto e até subterrâneo.

EDWARD SAID

Diferente do Equador, paralelo natural da Terra, que é a única latitude que divide o planeta em duas metades (ou seja, duas porções iguais), o Meridiano de Greenwich foi convencionado no ano de 1884 como marco zero das longitudes terrestres, sendo que todos os meridianos possíveis dividem o globo em duas metades. Mas há mais de um milênio antes de Greenwich, a distinção histórico-cultural entre ocidental e oriental já era habitual entre os seres humanos.

Ocidente e Oriente são invenções da mente humana, não foram concepções espaciais criadas por uma questão puramente geográfica. O que deu sentido à gênese dos termos em questão foi a necessidade de se diferenciar, e mais do que isso, de subjugar; ideias que perduram até a contemporaneidade.

O “Oriente” foi uma invenção da Europa, que ao não reconhecer semelhanças – e sim diferenças acentuadas – com as sociedades a leste do Mediterrâneo (fundamentalmente formada por árabes), construiu um julgamento de diferenciação humana, que é fortemente presente até hoje, e foi além, assumindo posição de superioridade social – que futuramente foi usada como justificativa para o colonialismo/imperialismo no “Oriente”, popularmente conhecido como Oriente Médio –, se intitulando como “Ocidente”, para fazer contraponto ao “Oriente”.

Primeiramente, do ponto de vista puramente geográfico, a Europa não é um continente, e sim uma península da Ásia, mas devido a imensa força política, econômica, linguística e cultural que essa civilização alcançou sobre espaços extraeuropeus de todos os cantos do mundo ao longo de sua história, considerando sua cultura como a melhor entre todas, a Europa se autogarantiu como um continente único, distinto da Ásia. Como muito bem expressa Said (2015, p.34): “pode-se argumentar que o principal componente da cultura europeia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus.”

Como podemos ver na obra de Said, os povos árabes, antes mesmo da consolidação do Islã em 632 (marco que reforçou essa distinção pela visão “ocidental” cristã), foram classificados pelos europeus como orientais, devido a convicção de representarem uma civilização diferente e inferior à europeia, e em nenhum momento os árabes foram responsáveis por essa classificação; a necessidade de discriminar dos europeus transformou os árabes em orientais e suas terras em Oriente sem qualquer autonomia ou reconhecimento dos segundos. Após classificar toda uma civilização sem o consentimento da mesma, o europeu escolheu se classificar como “ocidental”, indicando, pela própria visão, superioridade intelectual e cultural em relação aos árabes.

O “Oriente” não era simplesmente a região que compreendia as terras a leste do “Ocidente”, era onde marcava a existência de uma civilização que não compartilhava dos valores culturais, religiosos e linguísticos europeus.

Conforme Said:

Anwar Abdel Malek chama a “hegemonia das minorias de posses” e do antropocentrismo aliado ao eurocentrismo: um ocidental branco de classe média acredita ser sua prerrogativa humana não só administrar o mundo não branco, mas também possuí-lo, só porque por definição “esse mundo” não é tão humano quanto “nós” somos. Não há exemplo mais puro do pensamento desumanizado.

Num sentido as limitações do Orientalismo são [...] as limitações que surgem depois de se desconsiderar, essencializar, desnudar a humanidade de outra cultura, povo ou região geográfica. Mas o Orientalismo foi além disso: ele considera o Oriente como algo cuja existência não é apenas demonstrada, mas permaneceu fixa no tempo e no espaço para o Ocidente. Tão impressionantes foram os sucessos descritivos e textuais do Orientalismo que períodos inteiros da história cultural, política e social do Oriente são considerados meras respostas ao Ocidente. O Ocidente é o

ator, o Oriente é o coadjuvante passivo. O Ocidente é o espectador, o juiz e o júri de cada faceta do comportamento oriental. (SAID, 2015, p.161)

1.2. O Islã entra em cena

Toda essa construção negativa que foi atribuída ao árabe se agravou muito após o avanço do islamismo – cujo berço foi a Arábia (mais pontualmente a cidade de Meca) –, que se tornou a base da união e do expansionismo árabe no mundo, levando ao enorme fortalecimento da estrutura política árabe, devido sua junção com a ascendente religião islâmica.

Segundo Said, a consolidação do Império Árabe-Islâmico (séculos VII e VIII) representou para os europeus cristãos, além de uma grande ameaça, uma necessidade muito maior de classificar os “orientais” como diferentes e menos civilizados e morais, o que consequentemente – e propositalmente – resultou na segregação ainda mais forte do povo árabe (agora também muçulmano) pelos europeus. Agora, segundo a visão “ocidental” que vinha sendo construída, não somente a cultura dos povos nativos do Oriente Médio era considerada inferior quando comparada à cultura dos povos nativos da Europa, como a religião islâmica também passou a ser classificada como inferior à religião cristã, pelos cristãos europeus.

Não há dúvidas que as crenças, práticas e visões de mundo pregadas pelas duas maiores religiões monoteístas do mundo são completamente distintas, porém, mesmo que de forma conturbada, elas se relacionam com certa proximidade.

Sem dúvida, o islã era de muitas maneiras uma provocação real. Estava próximo do cristianismo de maneira perturbadora, geográfica e culturalmente. Recorria às tradições judaico-helênicas, tomava empréstimos criativos do cristianismo, vangloriava-se de sucessos militares e políticos sem paralelo. E isso não era tudo. As terras islâmicas se encontram adjacentes e até sobrepostas às terras bíblicas; além disso, o coração do domínio islâmico sempre foi a região mais próxima da Europa, a quem tem sido chamada de Oriente Próximo. (SAID, 2015, p.115)

O surgimento de uma religião monoteísta e expansionista entre os árabes e seu consequente triunfo político-territorial reforçou o conceito do Oriente Médio como região, pois devido à proximidade geográfica com a Europa, com a força (principalmente

política) que o islã demonstrou possuir entre os árabes, muito mais do que antes, os europeus reforçaram suas diferenças – agora com a marcante presença da religião – com os árabes. Utilizando de critérios fundamentalmente religiosos e culturais, o que motivou a Europa a regionalizar o que hoje conhecemos como Oriente Médio foi a necessidade de separar mentalmente os territórios habitados pelos europeus cristãos (“ocidentais”; “intelectualmente superiores”) “daqueles” territórios habitados por árabes e/ou muçulmanos (“orientais”; “intelectualmente inferiores”). Os territórios socialmente marcados pela presença da religião islâmica foram generalizados e classificados como uma única região, porém, agora não mais somavam somente a Península Arábica e o Levante, como também a Pérsia, a Turquia e todo Norte da África.

1.3. O Orientalismo como instrumento de poder

O Orientalismo, segundo Said, diz respeito à toda erudição construída pela Europa, ao longo de quase dois milênios, sobre o Oriente Médio e seu uso prático nos séculos XIX e XX como instrumento de poder a favor do imperialismo britânico e francês em territórios árabes. “O Oriente que aparece no Orientalismo, portanto, é um sistema de representações estruturado por todo um conjunto de forças que introduziram o Oriente na erudição ocidental, na consciência ocidental e, mais tarde, no império ocidental.” (SAID, 2015, p.275-276).

Apesar de há mais de um milênio a imagem negativa do árabe muçulmano vir sendo construída através da visão dominante do “Ocidente” e por mais que tenham havido embates históricos expansionistas violentos de caráter religioso e político-territorial entre as duas civilizações em questão durante a Idade Média – caso das Cruzadas, promovida pelo cristianismo europeu, e da Jihad, promovida pelo islamismo árabe –, foi a partir da segunda metade do século XIX que os europeus avançaram fisicamente e politicamente sobre a região do Oriente Médio nos moldes colonialistas inseridos no contexto capitalista, e na primeira metade do século XX, este domínio já se encontrava consolidado.

Durante os séculos XIX e XX, os orientalistas se tornaram uma grandeza mais séria, porque a essa altura o alcance da geografia imaginativa e real havia encolhido, porque a relação oriental-europeia era então determinada por uma expansão europeia incontrolável em busca de mercados, recursos e colônias, e

finalmente porque o Orientalismo realizara a sua própria metamorfose, de um discurso erudito para uma instituição imperial. (SAID, 2015, p.144)

A intervenção política imperial da Europa no Oriente Médio transformou-se, do que era apenas uma ideia, em uma realidade material. Os árabes não haviam mais autonomia administrativa sobre seus próprios territórios e todos os recursos valiosos de suas terras passaram a servir exclusivamente aos interesses econômicos dos britânicos e franceses, pois as nações árabes haviam se tornado colônias, o que só foi possível devido a combinação de uma vasta e longa (no sentido de historicamente construída) base erudita segregacionista sobre a região e do modo de produção capitalista.

Durante os séculos XIX e XX, os interesses econômicos sobre os recursos do Oriente Médio pelos europeus eram tão marcantes, que além de justificarem tal domínio tão opressor com argumentos racistas de base civilizatória, desejavam exercer uma presença imperialista eterna na região; como Said (2015, p.291) expressa ao interpretar a fala do estadista e diplomata imperialista britânico George Curzon (1859-1925): “Curzon disse certa vez, que “o Leste é uma Universidade em que o erudito jamais cola grau” – era outra maneira de dizer que o Leste requeria a sua presença ali mais ou menos para sempre.”

Said explica que a erudição sobre o Oriente Médio não somente contribuiu fortemente para o imaginário contemporâneo sobre a região e seus povos, como foi o que possibilitou o avanço material, de propósito colonialista e imperialista – dos Estados que produziam essa erudição –, sobre seus territórios, durante os séculos XIX e XX. Para Said, o Orientalismo foi um projeto de governo do “Ocidente” sobre o “Oriente”.

1.4. O Imperialismo britânico e francês no Oriente Médio dos séculos XIX e XX

O ideário racista das lideranças das potências colonialistas/imperialistas europeias durante os séculos XIX e XX – preenchidas de interesses econômicos e políticos (também) no Oriente Médio – produziu uma imagem muito negativa (e obviamente equivocada) sobre os árabes e muçulmanos – também como forma de convencer as populações não árabes e não islâmicas de que estavam fazendo o que era certo a se fazer –, de que os povos do Oriente Médio são intelectualmente e culturalmente atrasados e

incapazes de se desenvolverem, portanto, dependiam da colonização europeia para tal. Said aponta que a imagem do árabe muçulmano como intelectualmente inferior, “bárbaro” e necessitado de mudar seus hábitos retrógrados através da administração do “europeu civilizado e civilizador” foi a justificativa que os britânicos e franceses deram para instaurarem o imperialismo no Oriente Médio.

O pensamento de que a existência das nações árabes e islâmicas como território depende exclusivamente do domínio imperialista europeu foi predominante entre as potências europeias durante parte significativa dos séculos XIX e XX, pois os povos do Oriente Médio foram fortemente rotulados (pelos responsáveis pelo imperialismo na região) como incapazes de representarem a si mesmos. A visão era: o “Oriente” pertence ao “Ocidente”.

Através do imperialismo, as potências europeias que colonizaram o Oriente Médio (fundamentalmente britânicos e franceses) se sentiam donas não só das terras que dominavam politicamente, mas dos povos que ali viviam (fundamentalmente árabes-islâmicos), construindo a ideia de que o modo de vida, a cultura, a organização política e a religião presentes no Oriente Médio eram completamente inferiores, agravando o processo de desumanização do árabe muçulmano, que perdura até os dias atuais.

A ideia então estabelecida no contexto tratado, de que os árabes são intelectualmente inferiores aos europeus, portanto, os segundos devem possuir o controle administrativo dos territórios onde vivem os primeiros, é muito bem explicada pelas palavras do intelectual árabe-palestino Edward Said ao exemplificar o funcionamento da lógica do estadista e imperialista britânico Arthur Balfour (1848-1930) sobre a colonização britânica no Egito (nação árabe e islâmica):

A Inglaterra conhece o Egito; o Egito é o que a Inglaterra conhece; a Inglaterra sabe que o Egito não pode ter autogoverno; A Inglaterra confirma esse conhecimento ocupando o Egito; para os egípcios, o Egito é o que a Inglaterra ocupou e agora governa; a ocupação estrangeira torna-se, portanto, “a própria base” da civilização egípcia contemporânea; o Egito requer, até insistentemente, a ocupação britânica. (SAID, 2015, p.65)

A lógica de Balfour pode também ser resumida da seguinte forma: sem o imperialismo, as nações árabes não teriam significado de sua existência, dado que a função destas é servir ao interesse colonialista dos britânicos e franceses. A visão é de que os responsáveis pelo imperialismo no Oriente Médio foram os criadores não só dos

Estados presentes, mas de toda uma base civilizatória, incapaz de ter se desenvolvido sem a presença europeia, como afirma Said:

Entre 1882, o ano em que a Inglaterra ocupou o Egito e pôs fim à rebelião nacionalista do coronel Arabi, e 1907, o representante da Inglaterra no Egito, o senhor do Egito, foi Evelyn Baring (também conhecido como “Over-baring”), lorde Cromer. Em 30 de julho de 1907, foi Balfour quem apoiou na Câmara dos Comuns o projeto para dar a lorde Cromer uma aposentadoria de 50 mil libras como recompensa pelo que ele tinha feito no Egito. Cromer criou o Egito, disse Balfour. (SAID, 2015, p.66-67)

Evelyn Cromer (1841-1917) foi outro político britânico imperialista que contribuiu significativamente com a difamação do povo árabe, e no capítulo 34 de sua obra *Modern Egypt*, “registro magistral de sua experiência e realização, Cromer estabelece uma espécie de cânone pessoal da sabedoria orientalista” (SAID, 2015, p.70) ao, também, dizer:

Embora os antigos árabes tivessem adquirido num grau bem mais elevado a ciência da dialética, seus descendentes são singularmente deficientes na faculdade lógica. São muitas vezes incapazes de tirar as conclusões mais óbvias de quaisquer premissas simples, das quais talvez admitam a verdade. (CROMER, 1908, apud SAID, 2015, p.71)

No trecho acima, fica explícita a construção da ideia de que os próprios árabes necessitam ser dominados pelos europeus, pois reconhecem ser intelectualmente inferiores, incompetentes e incapazes de se dotarem do conhecimento provido pelo europeu.

O empresário e diplomata francês François Charles-Roux (1879-1961) faz o seguinte comentário sobre o “trabalho” do seu colega e contemporâneo “lorde” Cromer no Egito: “restaurado à prosperidade, regenerado por uma administração sábia e esclarecida [...] espalharia seus raios civilizadores sobre todos os seus vizinhos orientais.” (ROUX, 1964, apud SAID, 2015, p.132); demonstrando, além da união política dos dominadores/opressores (britânicos e franceses) contra os dominados/oprimidos (árabes), a compatibilidade de ideias e ideais semelhantes sobre o povo árabe. Compartilhando de pensamentos similares sobre os povos do Oriente Médio, os imperialistas britânicos e franceses acreditavam que a Europa era um exemplo nato de civilização evoluída e para

transmitir esse exemplo para outras regiões do mundo, decidiu colonizar e impor seus costumes, língua, religião, modo de produção econômico e estrutura política aos povos dominados como forma de civilizá-los, já que o diferente era sinônimo de não civilizado. Além disso, era intencional que a influência imperialista europeia nas nações árabes ultrapassasse fronteiras, como “raios civilizadores”, mesmo sem a presença colonial europeia.

Essa imagem construída com fins colonialistas de um povo árabe fragilizado e necessitado do domínio europeu, demonstra simultaneamente uma percepção preconceituosa-generalizadora (além de, obviamente, equivocada) de todo um povo e sua cultura e os fortes interesses econômicos das potências europeias na região. Em 1810, Chateaubriand expressa bem essa imagem ao dizer:

De liberdade, eles nada sabem; decoro, não possuem nenhum: a força é o seu Deus. Quando passam longos períodos sem ver conquistadores que praticam a justiça celeste eles têm o ar de soldados sem líder, de cidadãos sem legisladores, e de uma família sem um pai. (1836, apud SAID, 2015, p.240)

Said mostra que há exato um século antes da construção difamada do povo árabe promovida por Cromer, o pensamento falso romancista de que os árabes precisam ser libertados da própria ignorância e a única forma de fazer isso é dominar o que pertence a eles, a ideia de que sem a Europa não há vida no Oriente Médio, somente moléstia, já se dava presente

Já em 1810 temos um europeu falando como Cromer em 1910, argumentando que os orientais requerem a conquista, sem considerar paradoxal que uma conquista ocidental do Oriente não fosse afinal conquista, mas liberdade. Chateaubriand expressa toda a ideia nos termos românticos redentores de uma missão cristã que daria nova vida a um mundo morto, despertaria nele um senso de seu próprio potencial, um potencial que só um europeu consegue discernir sob uma superfície sem vida e degenerada. (SAID, 2015, p.240)

Said (2015, p.74) mostra que a mais marcante (chamada de “imensa” pelo autor) ampliação do acervo do conhecimento da Europa sobre o Oriente Médio se deu juntamente ao período colonialista (séculos XIX e XX), ligando imperialismo com

registros acadêmicos. O domínio intelectual era sinônimo de domínio político-material, assumindo um caráter dicotômico de causa e consequência.

Os árabes muçulmanos foram alvo de determinismos preconceituosos pelos colonizadores, dado que já havia uma proximidade histórica e geográfica muito mais dinâmica e longa entre ambos.

Era no Oriente Próximo, nas terras do Oriente Próximo árabe, onde se supunha que o islã definia as características culturais e raciais, que os britânicos e os franceses se encontravam uns com os outros e com o “Oriente” com maior intensidade, familiaridade e complexidade. (SAID, 2015, p.75)

Os britânicos e franceses partilharam, entre si, terras árabes como se fossem deles, e no momento de traçarem os territórios alheios como se estivessem dividindo uma torta, a aliança se deu necessária para garantir a diplomacia entre as duas nações colonialistas em questão, como explica o imperialista britânico lorde Salisbury em 1881:

Quando temos um [...] aliado leal que está inclinado a se intrometer num país pelo qual temos profundo interesse – temos três caminhos à nossa frente. Podemos renunciar – ou monopolizar – ou partilhar. Renunciar teria sido colocar os franceses no meio do nosso caminho para a Índia. Monopolizar teria sido aproximar-se muito do risco da guerra. Então decidimos partilhar (1969, apud SAID, 2015, p.75)

Mais uma vez, os árabes, habitantes das terras visadas pelo interesse colonial e imperialista europeu, não possuem papel ativo em sequer uma decisão que compromete politicamente, economicamente e socialmente a região onde vivem, ou seja, não possuem nenhuma autonomia sobre os seus próprios lares, pois apenas os interesses externos, dos britânicos e franceses, que contam.

O sentimento de superioridade dos britânicos e franceses frente aos outros povos do mundo representou uma das bases motivacionais da expansão colonial, e no caso do Oriente Médio, não se diz respeito a um povo que vivia isolado da civilização europeia, cujo contato se deu primeiramente devido à colonização, e sim à uma civilização que estabelece intercâmbio comercial, científico, religioso e cultural com a Europa desde a Antiguidade.

Apesar de suas diferenças, os britânicos e os franceses viam o Oriente como uma entidade geográfica – e cultural, política, demográfica, sociológica e histórica – sobre cujo destino eles acreditavam possuir um direito tradicional. O Oriente não era para eles nenhuma descoberta repentina, nenhum mero acaso histórico, mas uma área a leste da Europa cujo principal valor era definido, de maneira uniforme, em termos da Europa, mais particularmente em termos específicos que reivindicavam para a Europa – para a ciência, erudição, compreensão e administração europeia – o crédito por ter feito do Oriente o que ele então era. E essa fora a realização – involuntária ou não, não vem ao caso – do Orientalismo moderno. (SAID, 2015, p.299)

1.5. A desumanização dos árabes e/ou muçulmanos pela mentalidade científica europeia dos séculos XIX e XX

Num lado, há ocidentais, e no outro, há árabes-orientais; os primeiros são (em nenhuma ordem particular) racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de manter valores reais, sem suspeita natural; os últimos não são nada disso. De que visão coletiva e ainda assim particularizada do Oriente provêm essas afirmações? Que habilidades especializadas, que pressões imaginativas, que instituições e tradições, que forças culturais produzem essas semelhanças nas descrições do Oriente encontradas em Cromer, Balfour e nosso estadista contemporâneo?

EDWARD SAID

Foi no século XIX que os interesses econômicos no Oriente Médio pela Europa cresceram nos patamares mais elevados. Como foi abordado anteriormente, a imagem de um povo árabe totalmente dependente da administração política europeia sobre seus territórios (que a partir de então deixariam de ser seus territórios) para se desenvolver foi a justificativa utilizada pelos britânicos e franceses para invadirem a região e estabelecerem um sistema império-colônia, que foi concretizado; pois, vista (por si mesma) como superior em todos os sentidos, a civilização europeia construiu a ideia de que a civilização árabe era incapaz de se desenvolver por si só, levando a ideia de missão civilizatória, mas que na verdade, foi uma exploração de riquezas alheias imensurável, com um dominante Estado imperialista/colonialista severamente opressor.

Por mais paradoxal que seja imaginar cientistas e pensadores das áreas de humanidades, comprometidos com o conhecimento crítico e social, se pronunciando epistemologicamente com argumentos racistas – ou seja, que demonstrem a inferioridade

intelectual e cultural de um povo em relação a outro –, desde a Antiguidade até a segunda metade do século XX, essa foi uma realidade muito comum nesse meio. Como exemplo, o escritor, filósofo, teólogo e historiador francês do século XIX Ernest Renan (1823-1892) não mediu palavras para colocar para fora (no caso, registrar no papel) seu sentimento racista pelo povo árabe:

Vemos que em todas as coisas a raça semítica nos parece ser uma raça incompleta, em virtude de sua simplicidade. Essa raça – se me atrevo a usar a analogia – é para a família indo-europeia o que um esboço a lápis é para uma pintura; falta-lhe aquela variedade, aquela amplitude, aquela abundância de vida que é a condição da perfeição. Como aqueles indivíduos que possuem tão pouca fecundidade que, depois de uma infância graciosa, atingem apenas a virilidade mais medíocre, as nações semíticas experimentaram o pleno florescimento na sua primeira era e nunca foram capazes de alcançar a verdadeira maturidade. (RENAN, 1958, apud SAID, 2015, p.211)

O escritor e pesquisador orientalista britânico do século XIX William Muir (1819-1905) foi autor de diversas obras acadêmicas sobre o Islamismo, consideradas de suma importância pelo conhecimento científico europeu a respeito dessa religião. Porém, apesar de toda repercussão positiva que seus registros tiveram no meio acadêmico, o escritor-pesquisador não esconde sua islamofobia e até mesmo foi favorável ao colonialismo no Oriente Médio. “*Life of Mahomet* [Vida de Maomé] (1858-61), de Muir, e o seu *The caliphate, its rise, decline and fall* [O califado, sua ascensão, declínio e queda] (1891) ainda são monumentos confiáveis de erudição, mas ele deixa bem clara a sua atitude para com o tema, quando diz que “a espada de Maomé e o Alcorão são os inimigos mais obstinados da Civilização, da Liberdade e da Verdade que o mundo já conheceu”, afirma Said (2015, p.213). Outro caso notável de islamofobia em texto de produção acadêmica é encontrado no escritor e historiador britânico do século XIX, Thomas Carlyle (1795-1881), que descreve o Alcorão como: “uma mistura confusa e cansativa, grosseira, desconexa; iterações intermináveis, prolixidade, emaranhamento, muito grosseiro, tosco – uma estupidez insuportável, em suma” (CARLYLE, 1906, apud SAID, 2015, p.214).

O intenso desprezo pela cultura árabe e a religião islâmica por parte de influentes pensadores e políticos da Europa dos séculos XIX e XX resultou na generalização de todo um povo, ignorando a essência individual de um ser humano pelo fato dele ter sangue árabe. Ao analisar os momentos que o povo árabe é referido em textos científicos de

diversos autores da época, Said (2015, p.312) conclui que havia uma ideia comum de que: “Um homem oriental era primeiro um oriental, e só em segundo lugar um homem.”

A escritora britânica Gertrude Bell (1868-1926), grande influenciadora da política do Império Britânico no Oriente Médio, entre os anos de 1889 e 1914 viveu como viajante nas grandes cidades da região, onde registrou um diário. Um de seus registros quando viveu em Damasco foi o seguinte:

Começo a ver vagamente o que significa a civilização de uma grande cidade oriental, como eles vivem, o que pensam; e consegui entrar num acordo com eles. Acredito que o fato de eu ser inglesa ajuda muito. [...] A diferença é muito acentuada. Acho que se deve, em grande medida, ao sucesso de nosso governo no Egito. [...] Quem não conhece o Oriente não percebe como ele é todo unido. Não é exagerado dizer que, se a missão inglesa se tivesse sido forçada a retroceder dos portões de Cabul, o turista inglês só veria sobranceiras franzidas nas ruas de Damasco. (BELL, 1958, apud SAID, 2015, p.309-310)

Gertrude Bell se sente mais apta que qualquer árabe para falar sobre os árabes, pois ela é inglesa; isso é outra forma de dizer que se sente superior. A escritora, além de acreditar no Oriente Médio como região homogênea, de unidade social (um equívoco completo), enxerga a presença europeia no Oriente Médio dada devido à colonização como algo que trouxe beleza visual para os espaços árabes, pois para Bell: os europeus são mais belos e os árabes têm uma aparência desagradável. A visão racista e desumanizadora que certos europeus influentes, como Gertrude Bell, possuíam sobre os árabes dizia respeito até mesmo à fisionomia, que era generalizada e em cima dela se construiu um padrão de beleza branco-europeu em contraste aos traços fisionômicos étnicos presentes no Oriente Médio.

Se os preconceitos com os árabes e/ou muçulmanos eram tão usuais na erudição, o que há de dizer então na cultura popular promovida pela arte, como exemplo do cinema. Said, brilhantemente, diz:

Nos filmes e na televisão, o árabe é associado com a libidinagem ou com a desonestidade sanguinária. Ele aparece como um degenerado excessivamente sexuado, capaz de intrigas inteligentemente tortuosas, é verdade, mas essencialmente sádicas, traiçoeiras, baixas. Traficante de escravos, camaleão, cambista, um patife pitoresco: esses são alguns dos papéis tradicionais do árabe no cinema. O líder árabe (de saqueadores,

piratas, insurgentes “nativos”) é muitas vezes visto rosnando para o herói e a loira ocidentais cativos (mas imbuídos de integridade): “Os meus homens vão mata-los, mas... eles gostam de se divertir antes”. [...] Nos documentários e nos noticiários, o árabe é sempre mostrado em grandes números. Nada de individualidade, nem de características ou experiências pessoais. A maioria das imagens representa fúria e desgraça de massas, ou gestos irracionais (por isso, irremediavelmente excêntricos). Espreitando por trás de todas essas imagens está a ameaça da jihad. Consequência: o medo de que os muçulmanos (ou árabes) tomem conta do mundo. (SAID, 2015, p. 383)

As palavras de Said dizem respeito à imagem do árabe-muçulmano produzida pelo cinema e a mídia ocidental no século XX; resultado de uma construção mental externa de mais de um milênio e explicitamente marcada por estereótipos preconceituosos, e acima de tudo, desumanos e desumanizadores. Infelizmente, o que foi dito pelo intelectual não se limitou ao século XX, pois até os dias atuais, essa imagem racista-islamofóbica e generalizadora do árabe e/ou muçulmano continua sendo produzida pelo cinema e a mídia ocidental. A seguir trazemos um grande exemplo de racismo contra o povo árabe no cinema.

Na década de 1990, o colossal estúdio de animação estadunidense “Walt Disney Animation Studios” buscou revolucionar suas histórias (voltadas para o público infantil) com mensagens progressistas, sendo o empoderamento feminino a principal delas. No ano de 1992, o longa metragem animado “Aladdin” é lançado nos cinemas pela Disney, fazendo muito sucesso e se tornando um clássico do gênero. Porém, o filme, que é ambientado na Arábia por volta de um milênio no passado, se inicia com a música “*Arabian Nights*”, cuja primeira parte da letra é a seguinte:

*Oh, I come from a land, from a faraway place
Where the caravan camels roam
Where they cut off your ear if they don't like your face
It's barbaric! But hey, it's home*

[Oh, eu venho de uma terra, de um lugar longe
Onde a caravana de camelos vaga
Onde cortarão fora sua orelha se não gostarem da sua cara
É bárbaro! Mas ei, é o lar]

(tradução livre)

Apesar das mensagens de “igualdade” e até mais humanizadas que os filmes da Disney buscavam passar e de ter sido lançado antes do marcante evento dos atentados do 11 de setembro de 2001 em Nova York, os árabes não escaparam de um retrato desumanizado, sendo representados como bárbaros e sanguinários até mesmo na cultura popular infantil.

Todo ser humano, independente do lugar onde nasceu ou de suas origens étnicas, antes de se classificar como grupo, ele é indivíduo, com diversas características e faculdades mentais completamente únicas. A visão racista construída sobre os árabes implica necessariamente na generalização desse povo. O árabe passa a conotar exclusivamente ao coletivo, ignora-se toda individualidade presente no cidadão árabe. Sobre as afirmações racistas, generalizadoras e desumanizadoras feitas por intelectuais (se é que podem ser chamados assim) influentes da cultura europeia dos séculos XIX e XX, Said (2015, p.310) diz que: “notamos imediatamente que “o árabe” ou “os árabes” têm uma aura de isolamento, definição e coerência coletiva a ponto de apagar todos os vestígios dos árabes individuais com histórias de vida narráveis.” Neste caso, faz-se necessário dizer que toda generalização é ignorante, pois ela despreza o caráter individual, que está sempre fundamentalmente presente em qualquer sociedade. O árabe, antes de ser classificado como árabe – por conta da sua herança de sangue –, é um indivíduo, com sua própria história, visão de mundo, personalidade e ideais, assim como um chinês, um nativo andino, um negro africano, um europeu, um brasileiro ou qualquer outra pessoa que exista no mundo. Os estereótipos bastante negativos que as sociedades (ou indivíduos) contemporâneas se utilizam para enxergar os árabes não se deu de um século para outro, é algo que vem sendo construído desde dois milênios atrás até o hoje, um verdadeiro processo de desumanização, sendo reforçado nos séculos XIX e XX por conta do Imperialismo europeu, e como veremos no próximo subcapítulo, pela Questão Palestina (1948-Hoje) e pelos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 em Nova York, dado poder e influência colossais do Imperialismo estadunidense nos séculos XX e XXI.

1.6. O impacto da influência estadunidense sobre a imagem dos árabes e/ou muçulmanos na Contemporaneidade

Segundo Said:

Embora seja verdade dizer que os Estados Unidos só se tornaram de fato um império mundial no século XX, é também verdade que, durante o século XIX, os Estados Unidos se preocuparam com o Oriente de maneiras que prepararam o seu interesse posterior, abertamente imperial. Deixando de lado as campanhas contra os piratas berberes em 1801 e 1815, examinemos a fundação da American Oriental Society em 1842. No seu primeiro encontro anual em 1843, o presidente, John Pickering, deixou bem claro que a América se propunha estudar o Oriente para seguir o exemplo das potências europeias imperiais. A mensagem de Pickering consistia em que a estrutura dos estudos orientais – naquela época como agora – era política, e não simplesmente erudita. (SAID, 2015, p.392)

A partir da segunda metade do século XX, com a bipolarização da economia mundial, o líder do bloco capitalista, Estados Unidos da América, se tornou a maior potência econômica e imperialista da superfície terrestre; status que perdura até os dias de hoje. Os EUA se tornam, então, o sucessor da propagação – imposta e opressiva – da cultura ocidental por todos os cantos do globo.

Movido completamente por interesses econômicos nos recursos naturais energéticos – com enorme destaque no petróleo – do Oriente Médio, os EUA passam a avançar, militarmente, cada vez mais sobre territórios árabes e islâmicos. A abundância de petróleo no Golfo Pérsico – compreendendo os países: Arábia Saudita, Iraque, Irã, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Qatar, Bahrein e Omã – e no Norte da África – compreendendo os países: Egito, Líbia, Argélia, Marrocos e Tunísia –, ambas divisões regionais internas da grande região denominada (historicamente, popularmente e até cientificamente) como Oriente Médio, foi o que alavancou a presença militar estadunidense nas nações árabes (ou persa, caso do Irã) muito ricas em petróleo, dado que esse é um dos recursos mais importantes e versáteis do mundo, inserido no modo de produção capitalista, imensamente impulsionado pela Indústria Estadunidense.

Desde o episódio conhecido como “A Grande Diáspora Judaica” – na qual, no ano de 70 d.C., os judeus são forçados a abandonarem sua terra (considerada sagrada), na região da Palestina, devido à invasão romana – até o ano de 1948, o povo judeu, originário do Oriente Médio, em sua grande maioria, viveu espalhado por toda Europa. No ano de 1897, o jornalista judeu austro-húngaro Theodor Herzl (1860-1904) fundou o Sionismo:

movimento político que tinha como objetivo a criação de um Estado-nação para o povo judeu na terra onde, segundo as passagens bíblicas, foi concedida a esse povo pelo seu único deus. Para os judeus, sua “terra prometida” corresponde às terras da Palestina, só que haviam árabes vivendo nessa região há mais de um milênio. A Palestina foi uma colônia britânica durante a primeira metade do século XX, e como o movimento sionista ganhou força entre judeus influentes no imperialismo britânico, a Palestina começou a ser, também, ocupada por um povo que alegava ter um direito divino sobre suas terras.

No ano de 1947, por conta do Holocausto – episódio no qual cerca de 6 milhões de judeus foram mortos pelo regime nazista entre 1939 e 1945 – e do processo de descolonização da Palestina, a ONU criou um plano de partilha das terras da Palestina entre judeus e árabes, de forma mais igualitária, juntamente à proposta de Jerusalém (dada sua importância para as três maiores religiões monoteístas do mundo) se tornar uma cidade internacional. De um modo geral, os judeus não aceitaram a proposta e, através de uma guerra travada contra os árabes que viviam nesta região, no ano de 1948, é fundado o Estado de Israel; no armistício estabelecido em 1949, a Palestina como território árabe sumiu do mapa e os palestinos se tornaram um povo sem pátria. De 1948 até os dias atuais, o conflito violento entre judeus israelenses e árabes palestinos por questões territoriais se apresenta de forma intensa e frequente, sendo a nação de Israel sempre militarmente apoiada/financiada pelo “mundo ocidental” – Estados Unidos, Reino Unido e França – e tendo se tornado modelo de nação pró capitalismo e com valores democráticos – o que é bastante irônico, devido a segregação acometida contra os árabes –, por se localizar na instável região do Oriente Médio. De acordo com Said:

Em 1973, durante os dias da Guerra Árabe-Israelense de outubro, a New York Times Magazine encomendou dois artigos, um representando o lado israelense e o outro o lado árabe do conflito. O lado israelense foi apresentado por um advogado israelense; o lado árabe, por um antigo embaixador americano num país árabe, que não tinha treinamento formal em estudos orientais. (SAID, 2015, p.391)

Como se já não bastasse toda imagem negativa e equivocada construída sobre os árabes muçulmanos pela visão ocidental ao longo da história, com os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 em Nova York, de autoria declarada do líder da organização fundamentalista islâmica e contra os Estados Unidos *Al-Qaeda*, Osama bin Laden (árabe saudita e ex-líder da guerrilha afegã *Talibã*, apoiada pelos EUA durante a década de

1980), mais do que nunca, os árabes e/ou muçulmanos ganharam fama mundial de terroristas, devido a enorme influência que os Estados Unidos da América exercia (e exerce até hoje) sobre a mentalidade de bilhões de pessoas espalhadas pelo globo.

No ano de 2002, a companhia energética estadunidense Enron (segunda maior do país, geradora de energia elétrica através da queima do petróleo em termoeletricas) entrou em estado de falência; em 2001, os Estados Unidos sofreram um ataque brutal por uma organização terrorista que possuía células e intensa atividade no Iraque; o Iraque é uma nação rica em petróleo. Com o pretexto de “Guerra ao Terror”, o presidente estadunidense George W. Bush iniciou, no dia 20 de março de 2003, a invasão (vista por ele como contra-ataque) do Iraque pelas forças militares dos Estados Unidos, acusando o ditador iraquiano Saddam Hussein de contribuir com o terrorismo – provado anteriormente pela ONU que não havia ligação – e com direito à hora marcada para ser televisionado ao vivo o bombardeio de Bagdá. Nesse dia, George W. Bush fez um discurso oficial sobre sua ordem de invasão do Iraque pelas forças armadas dos Estados Unidos, sendo possível afirmar que este foi um dos discursos mais desonestos e sensacionalistas da história; eis parte dele:

Meus caros cidadãos,

Neste momento, as Forças dos Estados Unidos e da coalizão estão iniciando os primeiros estágios das operações para desarmar o Iraque, para libertar sua população e defender o mundo de um grave perigo. [...]

Para todos os homens e mulheres das Forças Armadas dos Estados Unidos, agora lotados no Oriente Médio: a paz de um turbulento mundo e as esperanças de um povo oprimido dependem de vocês. A confiança está bem depositada. Os inimigos que vocês vão confrontar conhecerão sua coragem e suas habilidades. As pessoas que vocês vão libertar, testemunharão a decência e a honra do espírito do Exército americano. [...]

Nós entramos no Iraque com respeito a seus cidadãos, por sua grande civilização e pelas crenças religiosas praticadas pelo povo. Não temos ambições em relação ao Iraque, exceto remover a ameaça e devolver o controle do país a seus cidadãos. [...]

Meus caros cidadãos, os perigos enfrentados por nosso país e pelo mundo serão superados. Vamos sobreviver a este tempo de perigo e trabalhar pela paz. Vamos defender nossa liberdade. Vamos trazer a paz para outros e vamos vencer. Deus abençoe nosso país e aqueles que o defendem. (George W. Bush, 20 mar. 2003)

Em sua obra publicada no ano de 1978, Said diz que:

[...] como o Oriente Médio é agora identificado com a política da Grande Potência, a economia do petróleo e a dicotomia simplista entre um Israel democrático e amante da liberdade e os árabes malvados, totalitários e terroristas, as chances de uma visão clara do que dizemos ao falar sobre o Oriente Próximo são deprimentemente pequenas. (SAID, 2015, p.58)

É assustador como essa fala consegue ser tão atual...

Capítulo 2.

Região e regionalização: uma abordagem geográfica sobre o conceito de Oriente Médio como região

Segundo Sandra Lencioni:

Diferente de outras palavras correntes em Geografia, como conurbação e pediplano, que exprimem um conceito científico e não se fazem presentes na linguagem comum, a palavra região é de uso fluído e tem dificuldades em se estabelecer como um conceito. (LENCIONI, 2014, p.16)

A grosso modo, a região é um recorte espacial e a regionalização é o ato de criar regiões. A região se destaca como objeto de análise dos estudos geográficos, pois sua existência também diz respeito às formas mais específicas de como as sociedades humanas se relacionam com o espaço onde vivem, seja ele natural, rural ou urbano. Regionalizar é estabelecer um recorte espacial que apresenta uma coerência interna – capaz de diferenciá-lo dos outros espaços terrestres – como região, cujo sentido de sua classificação é atribuído por critérios imaginários ou reais, coordenados pela mentalidade popular ou científica. Porém, além desses critérios, a região é também construída através de motivações – principalmente políticas, econômicas e sociais –, sejam elas concebidas por agentes internos ou externos a ela. A regionalização surge como uma ideia e o conceito de região é, antes de tudo, uma construção mental atribuída a um recorte do espaço real.

2.1. A ideia e a elaboração da região como parte de um todo e a sua relação com o Oriente Médio

Qualquer sociedade elabora conhecimentos geográficos e, explicitamente ou não, tem uma ideia de região como parte de um todo.

SANDRA LENCIONI

Toda região, como recorte do espaço terrestre, faz parte de um todo chamado Planeta Terra, portanto, a regionalização pode ser dada nas mais diversas escalas

possíveis. Cidades, municípios, estados, países e continentes estão sujeitos à regionalização, seja de forma agrupada ou dividida. Essa ideia faz parte da concepção de um dos geógrafos mais influentes sobre o estudo regional, o alemão Alfred Hettner (1859-1941), sendo muito bem explicada por Lencioni:

Em sua concepção, o estudo das diferenciações da superfície terrestre deveria conceber essa superfície como uma totalidade. Deveria, ainda, levar em consideração a totalidade dos aspectos da natureza e do homem num determinado espaço da superfície terrestre, cujas características possuísem uma coerência fisionômica e funcional que permitissem configurar uma individualidade espacial. Enfim, uma região geográfica. A região, como individualidade espacial, se constituiria, portanto, parte da totalidade; ou seja, uma parte da superfície terrestre. (LENCIONI, 2014, p.123)

Como exemplos de regionalização dada pelo agrupamento, temos as regiões metropolitanas (agrupamento de cidades, como exemplo da Região Metropolitana de São Paulo) e os blocos econômicos regionais (agrupamento de países, como exemplo do MERCOSUL), porém, essa forma de regionalizar também representa um recorte espacial dentro de um outro maior, por exemplo, a RM de São Paulo é uma região interna à região do Eixo Rio-São Paulo, sendo essa interna à Região Sudeste do Brasil, e o Bloco MERCOSUL é uma região interna à região, de divisão continental, América do Sul, sendo essa interna à região, de divisão continental mais ampla, América Latina; ou seja, mesmo quando a região é formada pelo agrupamento, ela também implica em ser uma divisão dentro de uma região maior. Como exemplo de região formada pela divisão, tem-se as regiões separatistas, que buscam emancipação política do território nacional a qual se integra, por exemplo, a Catalunha na Espanha, porém, mesmo tendo como base de formação a ideia de se separar de um espaço maior, o agrupamento também se dá presente na formação desse tipo de região, pois espaços habitados por pessoas que compartilham de uma cultura, identidade e interesse comuns, nunca sendo estritamente homogêneos quanto ao lugar onde vivem, se agrupam, formando uma região. Concluímos então que toda região apresenta um caráter dialético de agrupamento e divisão do espaço terrestre, sendo sempre parte de um todo.

No caso do Oriente Médio, a região geográfica se apresenta como parte de dois continentes, sendo eles: Ásia (oeste) e África (norte). É um agrupamento de nações (países) predominantemente marcadas pela religião islâmica, a cultura árabe e o clima

árido, mas também é uma divisão dentro dos continentes aos quais se apresenta, por questões de divergências históricas, culturais, étnicas, religiosas e naturais. Segundo Lencioni:

Discutindo a noção de totalidade, Henri Lefebvre diz que essa noção filosófica pode ser apreendida de duas maneiras: como totalidade fechada, um sistema, ou como totalidade aberta. No primeiro caso, uma totalidade exclui outras totalidades ou elas se colocam umas exteriores às outras. No segundo caso, uma totalidade pode envolver outras totalidades, igualmente abertas. A compreensão de que a totalidade se constitui de forma aberta permite superar a equivocada ideia de que o todo é formado pela soma das partes, ou que o todo existe antes das partes. (LENCIONI, 2014, p.28)

Como anteriormente explicitado, a região se relaciona em diferentes escalas e é ao mesmo tempo um agrupamento e uma divisão do espaço terrestre dentro de uma lógica que a constitui como parte de um todo. A região, ao mesmo tempo que está inserida dentro de outras regiões (maiores), também engloba outras regiões (menores) dentro de si; fazendo uso de uma analogia, em um recorte macroespacial, as regiões se relacionam como uma *matrioska*, brinquedo também conhecido como boneca russa, havendo variadas possibilidades de se regionalizar.

A região, portanto, é, seguindo o pensamento lefebvriano, uma totalidade aberta, pois as regiões assumem ao mesmo tempo a forma de parte e a forma de todo, sendo o todo também uma parte e a parte também um todo; que se relacionam de forma independente, sendo que uma região de vasta área não é a soma das regiões menores que se inserem dentro dela e essas regiões menores que estão inseridas nesta região maior, não dependem da mesma para existirem. Como foi dito pelo poeta do Brasil Colonial, Gregório de Matos (1636-1696), na primeira estrofe do seu poema “Ao braço do mesmo Menino Jesus quando apareceu”:

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.

O Oriente Médio integra um grande complexo espacial e representa uma totalidade ampla, e, seguindo a lógica lefebvriana de totalidade aberta, sua existência como região não surgiu da soma de todos os espaços que a compõem, assim como a existência das suas regiões internas não surgiu com sua classificação regional como Oriente Médio. A grande região em questão é, portanto, muito mais do que sua composição geográfica de países que compartilham de uma base histórica, cultural e religiosa comum. O conceito de Oriente Médio como região é primeiramente uma ideia, sobre um conjunto de lugares, espacialmente contínuos, dominados majoritariamente pela religião islâmica, a cultura árabe e o clima árido, cuja população tem sido objeto de estereótipos e mistificações relacionados à violência, e sendo um conjunto espacial, é também um todo, pois representa uma totalidade com coerência interna, mas antes de tudo, é um recorte espacial dentre diversos dentro da escala mundo, ou seja, uma parte de um todo.

2.2. A ideia e a elaboração da regionalização como instrumento de diferenciação de áreas e a sua relação com o Oriente Médio

Regiões refletem tanto diferenças no mundo quanto ideias sobre diferenças.

JOHN A. AGNEW

A regionalização, fundamentalmente, diz respeito à diferenciação dos espaços terrestres (por questões humanas e/ou naturais) e é concebida independentemente da consciência regional de quem vive a realidade do espaço regionalizado.

Para Hettner (1959, apud HAESBAERT, 2010, p.127): “a Geografia é o estudo da superfície da Terra conforme suas diferenças”. O geógrafo notório pelo desenvolvimento da Geografia Regional associa a ciência geográfica aos estudos regionais, considerando as diferenças espaciais existentes no mundo como base das pesquisas dos campos do conhecimento da Geografia. As diferenças paisagísticas, culturais, históricas, linguísticas e etc. existentes entre os espaços que integram a Terra é o que dá sentido à ideia de região e ao ato humano de regionalizar. Haesbaert muito bem explica que:

A região, adquirindo foco conceitual próprio, responderia não somente por questões analítico-metodológicas, mas também por questões de ordem das práticas efetivas de diferenciação do espaço. A regionalização, ao propor identificar parcelas do espaço articuladas ou dotadas de relativa coerência que sirvam como instrumento para nossas pesquisas, revela ao mesmo tempo articulações ligadas, indissociavelmente, à ação concreta de controle, produção e significação do espaço pelos sujeitos sociais que as constroem, no entrecruzamento entre múltiplas dimensões (econômica, política, cultural...) [...]. (HAESBAERT, 2010, p.171)

O Oriente Médio foi concebido como região pela civilização europeia, justamente pela necessidade dessa de se diferenciar, julgar e subjugar a civilização geograficamente mais próxima que compartilhava de outra cultura e religião, consideradas pela mentalidade hegemônica europeia como muito distintas e inferiores, conforme abordado no primeiro capítulo deste trabalho. Como mostra Said, a ideia e prática de diferenciação espacial implica diretamente na ideia e prática de diferenciação de povos, e é pelos antigos gregos e romanos que surge a ideia e prática dessa diferenciação como forma de demonstrar superioridade sociocultural; dada de um para outro e não de um com o outro.

Na Grécia e na Roma clássicas, os geógrafos, os historiadores, as figuras públicas como César, os oradores e os poetas contribuíam para o fundo de saber taxonômico que separava as raças, as regiões, as nações e as mentes umas das outras; grande parte disso funcionava em benefício próprio, existindo para provar que os romanos e os gregos eram superiores a outras espécies de povos. (SAID, 2015, 95)

A ideia de região, e sua consequente elaboração, como produto da diferenciação de áreas é tão presente na noção popular quanto a de região como parte de um todo. A necessidade humana de se diferenciar pelo espaço deu origem à regionalização, tornando-se sinônimo de necessidade de regionalizar, estando presente desde os primórdios da história. Como foi dito por Said (2015, p.72): “Os homens sempre dividiram o mundo em regiões que possuem diferenças reais ou imaginadas entre si.”

2.3. A polarização como elemento da região e sua análise sobre o Oriente Médio

Para o geógrafo estadunidense Richard Hartshorne (1899-1992), cuja maior inspiração foi Hettner, “uma região pode ser definida segundo a conexão existente entre os lugares, a exemplo da definição de uma região metropolitana em função da conexão existente entre vários municípios.” (LENCIONI, 2014, p.130). A atribuição geográfica do Oriente Médio na condição de região, na contemporaneidade, é concebida através da conexão entre Estados-Nação – majoritariamente árabes – que, apesar de suas divergências, compartilham de uma religião comum – o Islamismo – e que integraram o Império Árabe-Islâmico no passado.

No texto “A Região como Objeto de Intervenção”, de 1964, os geógrafos franceses Bernard Keyser (1926-2001) e Pierre George (1909-2006) consideram que:

[...] uma região se define segundo três parâmetros: deve haver laços entre seus habitantes, deve ser organizada em torno de um centro e deve fazer parte de um conjunto. Com relação aos laços entre os habitantes, indicam que devem ser de natureza econômica e social. O segundo aspecto, relativo à organização da região em torno de um centro, remete à ideia de polo, já anteriormente desenvolvida na Geografia; ou seja, à ideia de um centro que dirige uma região. A terceira característica indica que a região é concebida como parte de um todo. (LENCIONI, 2014, p.142)

Porém, o geógrafo contemporâneo Yves Lacoste, crítico da ideia de região, diz que existem regiões sem polarização, argumentando que: “o Saara seria desconsiderado nessa abordagem porque não há uma região do Saara em termos de polarização, embora a existência dessa região geográfica seja inequívoca enquanto paisagem física e humana.” (LENCIONI, 2014, p.166).

Em relação aos parâmetros citados, pode-se dizer que: o primeiro é bastante subjetivo, pois laços sociais e econômicos se manifestam de inúmeras maneiras e em diferentes sentidos, portanto, esses laços podem existir em qualquer espaço habitado por seres humanos, embora a estabilidade e a intensidade das relações sociais e econômicas em dado recorte do espaço possam servir de fator para se estabelecer uma região; o terceiro é bastante conhecido, pois a ideia de região vem desde a antiguidade sendo relacionada a um lugar que conota à parte de um todo; já o segundo, causa uma ambivalência quando se analisa o Oriente Médio, porque sua formação geográfica como região, da forma que conhecemos hoje, foi organizada através de um centro polarizador – Meca, durante o Império Árabe-Islâmico –, mas considerando a crítica de Lacoste e por

compor uma área muito ampla em um mundo globalizado e politicamente estruturado em Estados-Nação, a região Oriente Médio não possui atualmente o que podemos considerar um centro polarizador.

2.4. O conceito de Oriente Médio como região sob o pensamento lablachiano

Até Vidal de La Blache, a Geografia, na França não se constituía num ramo autônomo do conhecimento que fizesse parte da História. Com ele é que a Geografia atinge um status independente e se consagra como um ramo específico da ciência. Com ele, o termo Geografia Humana se sobrepõe ao de Antropologia. Desenvolvendo uma perspectiva possibilista, este autor se coloca claramente em oposição ao determinismo. Acima de tudo, Paul Vidal de La Blache foi um pensador do possível, das inúmeras possibilidades que o homem tem diante da vida.

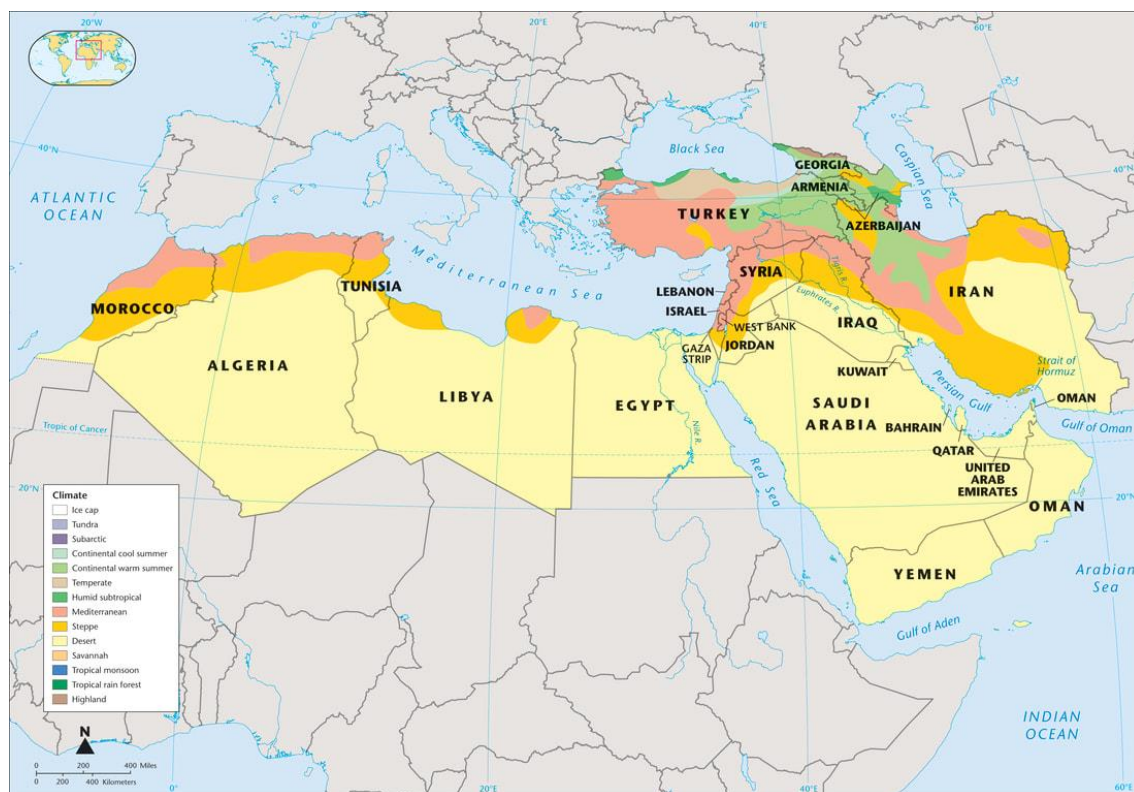
SANDRA LENCIONI

De acordo com Lencioni:

Paul Claval sintetizou o sentido que a região toma no pensamento lablachiano. A primeira consideração é a de que as regiões se evidenciam na superfície terrestre; a segunda, é a de que as regiões se traduzem na paisagem e nas realidades físicas e culturais; e a terceira, a de que os agrupamentos humanos tomam consciência da divisão, a nomeiam e a utilizam na criação dos quadros administrativos. (LENCIONI, 2014, p.107)

Os conhecimentos popular e científico sobre as regiões são fortemente e fundamentalmente construídos e influenciados pelo fator paisagístico, ou seja, pela manifestação de paisagens presentes em dado recorte espacial; devido a fatores climáticos, geomorfológicos, botânicos e antrópicos. Quando imaginamos as paisagens naturais da região – popularmente conhecida e academicamente estabelecida – do Oriente Médio, muito raramente alguém não pensaria nos vastos desertos quentes de solo arenoso. O que faz muito sentido, pois apesar de haver também outras formas de paisagens naturais, a região em questão é fortemente e predominantemente marcada pelo clima árido e os dois maiores desertos quentes do mundo – os famosos Desertos do Saara e da Arábia – estão inteiramente localizados entre territórios nacionais árabes-islâmicos do Oriente Médio.

Mapa 2 - Mapa climático do Oriente Médio (regionalização mais comum)



Fonte: <http://laurenmjones1.weebly.com/north-africa-and-the-middle-east-one-pager.html>

Assim como é compreendido pelo pensamento lablachiano, o conceito de Oriente Médio como região foi estabelecido de maneira intencional por um grupo de pessoas, como forma de separar e diferenciar o espaço onde há o predomínio de uma cultura (no sentido mais abrangente da palavra) específica, e posteriormente criar subdivisões de cunho político-administrativo. Porém, quando se trata da região em questão, nada disso foi realizado por sua população nativa. Toda construção atribuída ao conceito de Oriente Médio como região foi executada de forma externa, pois seu sentido encontra-se na ideia desumana de inferioridade de valores e capacidades intelectuais dos árabes (e muçulmanos a partir do século VII); o que possibilitou os recortes espaciais internos que a região sofreu devido à colonização e imperialismo europeus, definindo os traçados dos Estados Nacionais que se formaram após o fim do período colonial.

O pai da Geografia Humana e criador do Possibilismo geográfico, o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), foi de fato muito importante para o desenvolvimento da Geografia Regional, porém, o mesmo buscava na região um caráter

homogêneo. Definitivamente não existe região homogênea, pois sendo essa uma dimensão do espaço vivido e percebido, é marcada pela diversidade humana e física.

2.5. O conceito de Oriente Médio como região sob o pensamento fenomenológico

A corrente filosófica conhecida como fenomenologia tem sua origem no pensamento de Edmund Husserl, filósofo francês que viveu entre 1859 e 1918. Segundo Lencioni, essa corrente:

[...] considera os objetos como fenômenos, os quais devem ser analisados como aparecem na consciência. A fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida. Afirma que toda disciplina deve questionar a essência que funda o objeto de sua investigação científica.” (LENCIONI, 2014, p.149)

No que concerne à Geografia, a influência da fenomenologia teria se feito presente, segundo Lencioni, em 1964, “no trabalho de Julian Wolpert que, ao discutir a migração, incorporou, em sua análise, a dimensão subjetiva dos indivíduos estudados para compreender os motivos que os fizeram migrar.” (LENCIONI, 2014, p.151).

Tomando-se a região como uma ideia sobre um recorte do espaço real, mesmo após o seu reconhecimento pelas pessoas e pela ciência, tanto por quem a habita ou não, faz-se necessário reconhecer que esta é passiva de inúmeras interpretações quanto ao sentido de sua existência. A corrente do pensamento fenomenológica tem sua importância para o desenvolvimento da Geografia Regional, pois sendo a região uma forma abstrata do espaço vivido e percebido, cada indivíduo tem sua experiência e sua percepção únicas quanto à região e os seus significados. Para Lencioni:

A Geografia de inspiração fenomenológica apresentou no cenário da disciplina, a discussão das representações que os homens fazem do mundo. Isso porque, ao mesmo tempo que o espaço é vivido e percebido de maneira diferente pelos indivíduos, uma das questões decisivas da análise geográfica que se coloca diz respeito às representações que os indivíduos fazem do espaço. Essa Geografia procurou demonstrar que para o estudo geográfico é importante conhecer a mente dos homens para saber

o modo como se comportam em relação ao espaço. (LENCIONI, 2014, p.152)

O conceito de Oriente Médio como região é entendido de forma diferente entre cada pessoa. Não importa que seja dentro de uma comunidade árabe-muçulmana, cada indivíduo, independentemente de onde nasceu, tem uma percepção única sobre o que é o Oriente Médio e as ideias que o definem como região. Porém, apesar de não existir uma percepção estritamente idêntica entre uma pessoa e outra, existem elementos convergentes quanto às possíveis visões sobre os fenômenos do Oriente Médio, por isso tanta gente ao redor do mundo reproduz um discurso estereotipado, islamofóbico e racista sobre os povos que habitam a região, pois o senso comum e a alienação são pontos que fomentam o imaginário negativo acerca da região que conhecemos como Oriente Médio. Por outro lado, o contrário também ocorre, pois os geógrafos, como exemplo de intelectuais da área de humanidades que estudam os espaços que compreendem o mundo, são compromissados com o senso crítico e a pesquisa científica (pelo menos é o esperado), o que leva à produção de um conhecimento mais amplo e esclarecido sobre a realidade do Oriente Médio através de uma percepção humanizada.

Devido à construção de um ideário negativo sobre o Oriente Médio, isto é, sobre sua população, fundamentalmente pautada em generalizações, a região é mistificada como um lugar muito perigoso, cujo perigo ameaça o mundo ocidental cristão. O árabe-muçulmano se torna um personagem místico e estereotipado no imaginário do senso comum, sendo imediatamente associado à violência.

Desde a Antiguidade, os árabes são vistos pelos europeus como menos civilizados, e durante a Idade Média, com o surgimento do Islã entre os árabes, os preconceitos contra os árabes (agora também muçulmanos) aumentaram muito. Depois de mais de um milênio, devido aos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 em Nova York, os preconceitos contra os árabes e/ou muçulmanos (vistos muitas vezes pelo senso comum como sinônimos) ganharam força mundial e se agravaram, fazendo com que muitas pessoas ao redor do globo realmente acreditem, ainda hoje, que os povos do Oriente Médio (popularmente conhecido como o lar ou a base dos árabes-muçulmanos) são menos civilizados e mais violentos do que qualquer outro povo de qualquer outra região da Terra. A percepção que a alienação constrói na mente humana é a de um Oriente Médio como berço do terrorismo internacional.

Ao analisarmos fatos com a percepção crítica, é nítido que um assassino que seguia a religião islâmica terá sua fé como marca destacada – como se fosse uma causa – nos títulos de jornal e no pensamento de muita gente, enquanto um assassino adepto do cristianismo, será julgado pela mídia e pelas pessoas pelo que ele realmente é: um assassino. Mas por que o primeiro é um muçulmano antes de um assassino? Uma piada brilhante intitulada “Mídia em tempo de Bush”, contada durante o documentário “Encontro com Milton Santos”¹, de 2006, exemplifica muito bem parte da mensagem que este trabalho busca transmitir:

O redator de um importante jornal está fechando a edição do dia seguinte sem grandes notícias para compor a primeira página.

Chega o fotógrafo e diz:

- Chefe, tenho a notícia e a foto. Um cachorro raivoso atacou a menininha de sete anos e ninguém fez nada! Até que esse homem se lançou sobre o cachorro, agarrou pela garganta e matou!

O editor exclama maravilhado:

- Oh! Este homem é um herói. Amanhã todos poderão ler na primeira página: “Valente novaiorquino salva vida de menininha.”

O fotógrafo responde:

- Pois é, chefe. Só tem uma coisa. O homem... não é novaiorquino.

(Chefe):

- Oh! Melhor! Será então: “Valente americano salva vida de uma menininha.”

O fotógrafo, sem jeito, diz:

- Oh... bem... chefe... Ele é... Ele é árabe.

No dia seguinte sai o jornal:

- Extra! Extra! Terrorista árabe massacra de maneira selvagem cachorro americano de raça pura! Extra! Extra!

É esperado que em toda região estejam presentes pessoas diferentes entre si, assim como diferentes paisagens, o que impossibilita a existência de uma única região sequer que possa ser classificada como homogênea. Deste modo, toda região é uma construção mental, e a fenomenologia nos faz refletir e questionar sobre os pontos de vista – que são

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>.

originados de indivíduos, portanto, são únicos – que construíram o conceito de Oriente Médio como região e as percepções sobre o mesmo, presentes na atualidade.

2.6. A Identidade Regional e a sua relação com o Oriente Médio

A palavra “região” tem, ainda, um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas de pertencerem a um determinado lugar.

SANDRA LENCIONI

A fenomenologia rompe com o pensamento lablachiano de região como recorte do espaço homogêneo, afirmando que a região é uma construção do intelecto humano e nunca se apresenta de forma homogênea. Mesmo não intencionalmente, a Geografia Regional de inspiração fenomenológica impulsiona a discussão sobre a identidade regional. A respeito da influência dessa corrente filosófica nos estudos geográficos regionais, Lencioni instiga o pensar sobre a identidade regional

Recuperou-se a vertente historicista da Geografia, à medida que a região passou a ser considerada como um produto da história e da cultura. Por meio de induções sucessivas procurou-se compreender como se processa o sentimento que os homens têm de pertencer a uma determinada região. Sentimento que emana do interior e do íntimo das pessoas. A região, portanto, passou a ser vista não como constituindo uma realidade objetiva; ao contrário, ela foi concebida como uma construção mental, individual, mas, também, submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva. [...] (LENCIONI, 2014, p.154-155)

Ainda neste sentido, continua a autora:

Em entrevista à revista *Espaces Temps*, Frénont ressalta a importância dos valores simbólicos e tradicionais para a compreensão da região. Observa que a regionalização – no que se refere à divisão do espaço – contém uma dialética na qual existe uma divisão do espaço que é exterior às pessoas e uma outra divisão que diz respeito ao espaço vivido. Uma divisão por regiões administrativas, cujo fracionamento é realizado por pessoas que não vivem no lugar, elaborada pela administração pública, é diferente de uma divisão feita por pessoas que vivem nesse espaço. Essas pessoas podem construir recortes variados

que talvez não correspondam à regionalização elaborada pela administração pública. Em suma, a divisão regional, dizendo respeito ao espaço vivido, relaciona-se à percepção que as pessoas têm do espaço e ao seu sentimento de pertencer a uma rede de lugares. Por isso é que o sentimento de pertencermos a uma dada região persiste mesmo quando a dinâmica econômica modifica os vínculos entre os lugares. (LENCIONI, 2014, p.155)

O sentimento de pertencimento ao lugar onde se vive (que se manifesta de forma individual e coletiva) e a ideia de identidade comum entre os habitantes de dado espaço dão sentido ao fenômeno da identidade regional, que expressa a união sociocultural na região compartilhada pela vivência humana e se apresenta nas mais diversas escalas – podendo ser desde uma pequena comunidade local à uma divisão continental –, reforçando a ideia de se diferenciar de outros recortes espaciais, pois todo espaço vivido e percebido classificado como região é um espaço de organização, manifestação e compartilhamento social e cultural que responde à uma coerência interna própria.

A identidade regional também pode ser um sentimento induzido na população civil de um dado lugar por autoridades políticas ou pretendentes a um cargo dessa natureza, como, por exemplo, ser eleito ou reeleito em um cargo político. A busca por benefícios próprios daqueles que almejam o poder constrói um sentimento de representatividade coletiva relacionado ao espaço vivido; a identidade regional é então criada e passiva de manipulação política, funcionando como instrumento de alienação. Nesses casos, afirma Lencioni:

A ideia de região serve facilmente como forma de manipulação política. [...]

O apelo ao discurso regionalista pode, assim, servir como uma estratégia para criar uma identidade entre o político e seus eleitores. Tal identidade é fundada na ideia de que por serem todos de um mesmo lugar haveria o mesmo interesse, e as necessidades e projetos não dependeriam da posição social ou inserção de cada um na sociedade. Essa estratégia de unificação de carências e esforços procura usar ou construir uma identidade regional, veiculando a ideia de não haver qualquer distinção social entre as pessoas de uma determinada região. É claro que pode haver interesses comuns, de base territorial, que aglutinem estratos sociais diferentes, em que o uso da identidade regional corresponde à realidade e é utilizado para garantir objetivos relativos às questões territoriais. Porém, quando essa identidade é forjada ou utilizada para garantir alguns privilégios, ocorre uma manipulação política de identidade regional. (LENCIONI, 2014, p.20)

A identidade regional pode ser construída tanto por quem vive a região quanto por quem não a vive. Como exemplo do Oriente Médio, os agentes responsáveis por construir ideologicamente essa região – europeus até o século XX e estadunidenses desde então –, criaram também no imaginário do senso comum, o Oriente Médio como uma massa populacional homogênea presente em um vasto espaço homogêneo, recheado de estereótipos, generalizações e preconceitos. Ou seja, a identidade regional atribuída ao Oriente Médio, assim como seu próprio conceito como região, também foi e vem sendo gerados de forma externa. Quando a identidade regional é estabelecida sobre um povo sem que ele a reconheça, os responsáveis por afirmá-la de tal modo estão ligados à mentalidade hegemônica que julga certos povos como incapazes de tomarem decisões sobre suas próprias classificações. Nesse sentido, Haesbaert explica que:

[...] identidade regional, ao mesmo tempo “subjativa” e “objetiva” (Paasi, 1986). “Subjetiva” porque se refere a imagens regionais tanto formuladas a partir de dentro, por seus próprios habitantes, quanto de fora, de forma “contrastiva” com/pelos habitantes de outras regiões; e “objetiva” porque referida a classificações regionais baseadas em diferenciações ambientais, paisagísticas, culturais, etc. [...] não há, hoje, como analisar a região sem considerar sua dupla filiação, no campo material das coesões – e redes – funcionais, produzida fundamentalmente por sujeitos hegemônicos, com ação de longo alcance, como o Estado e as grandes corporações, e no campo ideal do que aqui propomos denominar coesões simbólicas, produzidas num jogo de tendências mais complexas, com participação também, em maior ou menor grau, dos grupos subalternos, em suas diversas formas de articulação, entre si e com os chamados poderes instituídos. (HAESBAERT, 2010, p.199-120)

O Oriente Médio corresponde a predomínios de base cultural, religiosa, política, econômica e linguística extremamente marcantes na região, e mesmo assim, a identidade comum de um povo do Oriente Médio é muito distante das realidades que compõem a região. É justamente a proximidade existente nas divergências que torna tão distante a ideia de união entre os povos que vivem a região, fundamentalmente por conta dos conflitos entre muçulmanos sunitas e muçulmanos xiitas, manifestados em diferentes formas e responsáveis por guerras, regimes autoritários e avanços do fundamentalismo islâmico; que assolam a região do Oriente Médio. É sempre importante ter em mente que a construção do conceito de Oriente Médio como região foi atribuída de forma externa a

quem vive sua realidade, o que resulta na falta de sentido de uma busca pela identidade regional do Oriente Médio como todo.

No dia 17 de dezembro de 2010, o feirante tunisiano Mohamed Bouazizi ateou fogo no próprio corpo após a repressão de suas atividades pelas forças do Estado autoritário de Zine Ben Ali (líder político que governou a Tunísia entre 1987 e 2011), o que desencadeou uma onda de protestos por quase todo mundo árabe. Organizados pela rede social *Facebook*, inúmeros cidadãos lotaram as principais praças e ruas das capitais de uma parcela significativa de países do Oriente Médio governados por ditadores que ocupavam o cargo há dezenas de anos, protestando contra o governo autoritário e reivindicando democracia. Esse episódio ficou conhecido como Primavera Árabe e sua duração foi do final de 2010 a meados de 2012, porém, o seu resultado foi bastante negativo, pois em países como a Líbia, o Egito e o Iêmen, onde derrubaram o governo de ditadores antigos, abriu-se um cenário de instabilidade política, que favoreceu a entrada de grupos fundamentalistas islâmicos no jogo de poder.

O que tornou a Primavera Árabe possível foi a identidade comum entre o povo árabe com a opressão sofrida através da negação de direitos civis e abusos de poder dos governos autoritários que se faziam (e fazem) tão fortemente presentes entre os países árabes. E apesar de sua influência extrapolar seu ponto de origem (Tunísia), os marcantes protestos populares da Primavera Árabe se concentraram nos países árabes, e a região do Oriente Médio também possui países não árabes em sua formação, como o Irã, a Turquia e o Afeganistão. Então, podemos afirmar que, em certo ponto, existe uma identidade regional no Oriente Médio, mas, não há uma identidade regional coletiva do Oriente Médio.

2.7. O conceito de Oriente Médio como região sob o pensamento marxista

O filósofo alemão do século XIX e fundador do Socialismo científico, Karl Marx (1818-1883), através do registro erudito de seus ideais anticapitalistas, concedeu uma enorme base para o pensamento crítico nas ciências humanas, tendo papel fundamental na Geografia, pois estudar o espaço significa, entre tantas outras coisas, estudar a desigualdade social. Lencioni explica que:

A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico,

concebeu a região como parte de uma totalidade. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade lógica nem como uma totalidade harmônica. Foi concebido como uma totalidade histórica. Estava visível que esta não representava uma totalidade harmônica: as injustiças e as desigualdades sociais do mundo como um todo harmônico. Em outros termos, as análises acerca da produção capitalista e da dinâmica de valorização do capital revelaram os limites da concepção do mundo que o postava como harmônico e em equilíbrio. O mundo deveria ser percebido como uma totalidade não harmônica, como um conjunto disjunto, que fizesse surgir a noção de diferença, modelo que se fez central na condução das análises geográficas. (LENCIONI, 2014, p.164-165)

A regionalização é também um instrumento de poder, manuseado pelas potências hegemônicas, que buscam, além de subjugar, classificar regiões pelo mundo. Regionalizar é também uma forma de estabelecer padrões nas dinâmicas sociais em dado recorte do espaço, tal como ocorrera com o Oriente Médio. O conceito de Oriente Médio como região se desenvolveu e continua a vir se desenvolvendo sob uma ótica dominante, detentora de poder político e econômico global, historicamente atribuído ao imperialismo e exploração de povos e recursos alheios.

A hegemonia e o imperialismo são justificados pelo modo de produção/sistema econômico capitalista; essas práticas nos moldes do capitalismo foram as grandes responsáveis pelo brutal enriquecimento da Europa nos séculos XIX e XX e dos Estados Unidos nos séculos XX e XXI.

A colossal influência da Europa (até o século XX) e dos Estados Unidos da América (do século XX até o presente) sobre a forma como enxergamos as regiões que compõem o mundo e seus devidos povos é resultado de uma produção histórica constante, que pode até mudar seu ponto de polarização, mas continuará sendo ditada por aqueles que detêm o poder político e econômico capaz de dominar materialmente e/ou imaterialmente territórios – isso significa: pessoas – que estão além dos seus próprios domínios; algo que foi extremamente impulsionado pelo capitalismo.

O Oriente Médio é, ao meu ver, o maior exemplo de conceito como região historicamente produzido pelas potências hegemônicas e imperialistas: Europa – proximidade geográfica, intercâmbios conflituosos e ideia de superioridade da civilização europeia em relação à árabe (criação da ideia de Ocidente x Oriente) –, desde a Antiguidade até o século XX, e Estados Unidos – exploração econômica do petróleo do

Orientes Médio, ideia de “Guerra ao Terror” e ações militares na região –, do século XX até o hoje.

2.8. A reprodução do conceito de Oriente Médio como região no contexto da Globalização

O grande geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001) dedicou parte de sua vida ao estudo do emergente fenômeno da Globalização. De forma resumida, Santos classificou a globalização como o aumento exponencial de fluxos de informações, pessoas, mercadorias e capital pelo mundo, sendo dois de seus principais resultados: a crescente interdependência econômica entre os países e o fortalecimento das empresas multinacionais originárias de países desenvolvidos.

A globalização nos moldes capitalistas promoveu um desenvolvimento econômico e socioespacial desigual no Oriente Médio enquanto região, concentrando riquezas e promovendo uma urbanização moderna e luxuosa em espaços pontuais da região, enquanto sua maior parte, continua a sofrer por problemas de natureza econômica, como as crises e a pobreza. Isso se dá por distintas razões, entre as quais, o fato de que enquanto alguns territórios, como Israel e Dubai (ambos ricos), são aliados financeiros (e até ideológico no caso do primeiro) dos Estados Unidos, grande parte do Oriente Médio tem seu petróleo – recurso natural abundante na região, de elevado valor agregado na economia capitalista global – explorado pelo capital estadunidense.

Devido sua proposta de conexão, compartilhamento e difusão de práticas culturais (desde costumes às produções audiovisuais) e econômicas (seguindo a lógica do modo de produção capitalista) – por mais que seja dada de forma vertical, ou seja, dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos –, a globalização remete à fragilização dos territórios nacionais quanto à sua soberania. Por conta disso, faria mais sentido pensar que a globalização elimina a regionalização, pois a primeira traz uma ideia de integração dos espaços da Terra, enquanto a segunda, em contraposição, traz a ideia de diferenciação dos espaços do globo. Porém, Haesbaert explica que ocorre o contrário:

Paradoxalmente, é quando a globalização parece mais evidente que se destaca também com mais força – ou se torna mais visível – a necessidade de reconhecer as “diferenciações regionais”, ainda que, mais simplesmente, para uma espécie de “adequação” a esses processos mais amplos. Com certeza, nas próximas

décadas, o conhecimento aprofundado da diversidade regional da Terra será cada vez mais um instrumento de poder e em torno do qual se travarão, quando não lutas efetivas, acirrados debates. (HAESBAERT, 2010, p.183)

O fenômeno da globalização e a gigantesca influência hegemônica dos Estados Unidos sobre o mundo, combinados à doutrina Bush pós 11 de setembro de 2001 – que promoveu a invasão militar no Oriente Médio com o pretexto de guerra contra o terrorismo, sendo que o real propósito foi o de exploração do petróleo, que é tão presente na região –, buscou mais do que nunca circunscrever o Oriente Médio como uma região, reforçando estereótipos relativos à mesma, assim como generalizações e preconceitos quanto à sua população, cultura, religião e espaço; no século XXI, a necessidade de se diferenciar dos povos do Oriente Médio recriou a ideia de “nós (civilizados) contra eles (bárbaros)” na mentalidade popular sob influência dos ideais imperialistas dos EUA, e assim, reproduziu-se uma regionalização desumanizadora.

Capítulo 3.

A região como artefato, segundo Rogério Haesbaert e o caso do Oriente Médio

A partir da proposta do geógrafo britânico-estadunidense contemporâneo John A. Agnew de compreender a região seguindo duas categorias quanto à sua existência como tal – a região como um espaço que existe independentemente da atribuição mental humana e a região como um conceito construído pelo intelecto humano sobre dado espaço –, o geógrafo brasileiro contemporâneo Rogério Haesbaert foi além e propôs um novo sentido para a região, fundamental para os estudos geográficos regionais: a região como artefato.

Agnew (1999) propões trabalhar o debate regional a partir de um contraponto entre o que ele denomina “regiões na mente” e “regiões da mente”, em outras palavras, posições “realistas” e “construtivistas”, como se a região pudesse ou simplesmente “estar lá” e como tal devesse ser reconhecida, ou fosse mero produto da mente do pesquisador, em uma clara tensão de ideia que algo é ou efetivamente “real”-objetivo ou simplesmente “construído”/convencionado subjetivamente. (HAESBAERT, 2010, p.92)

Ainda sobre isso, continua Haesbaert:

Em seus extremos, essas posições corresponderiam, de forma bastante genérica, a uma contraposição entre regiões que simplesmente estariam no “real” (e a partir daí passariam a ser “refletidas” na ou reconhecidas pela nossa mente) e regiões que seriam produto apenas do próprio intelecto, da própria razão ou da subjetividade do pesquisador. De um outro modo, propomos denominar essas duas perspectivas a região como fato, evidência “real” e, assim, passível de ser objetivamente reconhecida e/ou produzida, e a região como artifício, como instrumento, meio ou construto moldado pelo sujeito (em perspectiva epistemológica, o intelectual ou pesquisador). (HAESBAERT, 2010, p.92-93)

3.1. O que é pensar a Região como Artefato?

É tão perigoso reduzir regionalizações a meras construções intelectuais quanto a práticas concretas [...]. Essas regionalizações jogam com fatos sobre o mundo ao mesmo tempo em que refletem as tendências, intelectuais e políticas, de seus formuladores

JOHN A. AGNEW

A região como artefato é a forma que o geógrafo Rogério Haesbaert propôs para enxergarmos, compreendermos e estudarmos a região na ciência geográfica. Haesbaert especifica em sua obra que não utilizou a palavra artefato por conta do seu sentido literal, mas sim pela junção das duas palavras que a compõe: arte e fato (motivo pelo qual o autor destaca no início o uso da palavra “arte-fato” entre parênteses). Arte no sentido de algo feito pelo ser humano, que tem sua existência dada a partir do intelecto humano; e Fato no sentido de algo que existe na realidade, passivo de diversas interpretações pela mente humana. É a arte existindo sobre o fato, é a relação de dependência entre um e outro.

Sob essa perspectiva, a região não se resume a um recorte do espaço terrestre real e também não é somente uma construção do intelecto humano, pois ela é os dois. Conforme o autor:

A região vista como artefato é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, “construto” ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica [...] e material-funcional [...]. “Artefato” também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (“arte”) e como construção já produzida e articulada (“fato”). (HAESBAERT, 2010, p.109-110)

Neste sentido, a região é uma construção mental atribuída ao espaço real, sendo que este existe independentemente da sua concepção como região pelo ser humano, mas para ser região, o valor do pensamento humano deve ser atribuído a um recorte do espaço, através da coerência de seus aspectos culturais, naturais, econômicos, históricos, políticos e sociais. Segundo Haesbaert, a região se evidencia como fato, como artifício/construto mental humano e como instrumento de ação:

Num sentido mais amplo, propomos então identificar três grandes caminhos de referência no tratamento da região e/ou da regionalização que, apesar de imbricados, podem (e muitas vezes

devem) ser reconhecidos em sua especificidade, já que não são redutíveis um ao outro:

- uma abordagem mais “realista” da região como fato, tanto no sentido epistemológico mais tradicional da região como um dado, evidência empírica externa ao sujeito conhecedor (ao qual caberá então “reconhece-la”), quanto no sentido mais ontológico da práxis que, a partir daí, propõe trabalhar com a interação sujeito/objeto, teoria/prática;
- um sentido de viés mais estritamente epistemológico, em abordagem racionalista, da região como artifício ou construto que, enquanto instrumento metodológico, responde a questões analíticas, tornando-se assim “operacional” para os requisitos e/ou objetivos do investigador;
- um sentido mais normativo ou “pragmático-político” (do que a região “deve ser”), da região como instrumento de ação e/ou projeto de intervenção no real, ou seja, de alguma forma vinculada a mecanismos de planejamento e ação. (HAESBAERT, 2010, p.95)

Segundo Haesbaert (2010, p.110), para compreender e estudar a região como artefato, é fundamental ter em mente a região: “como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial”; “como produto-produtora das dinâmicas concomitantes da globalização e fragmentação”; e “construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais”.

Assim, a região seria uma combinação do espaço terrestre com o sentido classificatório que lhe é dado: a região é um construto mental humano sobre um fato em forma de espaço. Mas além disso, Haesbaert chama atenção para um terceiro elemento que busca compreender a região como conceito geográfico: a região como instrumento de poder. Portanto, pensar a região como artefato também é atribuir à mesma o seu potencial político-econômico, seja ele democrático e benéfico para sua população ou alvo da hegemonia e do imperialismo.

3.2. O Oriente Médio como região artefato

Tanto uma região, enquanto espaço efetivamente construído e diferenciado, como a ideia de região são, sem dúvida, criações históricas.

ROGÉRIO HAESBAERT

Apesar da existência do espaço como fato concreto ser independente da concepção científica humana sobre o mesmo, “o mundo só nos é acessível através de nossas interpretações, e a ideia de uma realidade independente é, na melhor das hipóteses, uma abstração irrelevante e, na pior, incoerente” (AUDI, 1999, apud HAESBAERT, 2010, p.100), “pois o estar no mundo implica ao mesmo tempo experimentá-lo e interpretá-lo.” (HAESBAERT, 2010, p.100). É a capacidade intelectual humana de interpretar os lugares que dá sentido à existência da região; o espaço ao qual a região se evidencia não surge como região, mas essa representa a compreensão de sua existência física combinada à necessidade humana de diferenciar os lugares. A regionalização é um fenômeno muito marcante no mundo inteiro, porque a essência da região está no fato de ela surgir como uma ideia – de agrupamento e divisão – sobre os espaços sociais existentes.

Na introdução de sua obra, Said reconhece a influência fundamental das construções mentais sobre o espaço geográfico no pensar regional:

Comecei com a suposição de que o Oriente não é um fato inerte da natureza. Ele não está meramente ali, assim como o próprio Ocidente tampouco está apenas ali. Devemos levar a sério a grande observação de Vico de que os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais [...], tais lugares, regiões, setores geográficos, como o “Oriente” e o “Ocidente”, são criados pelo homem. Assim, tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra. (SAID, 2015, p.31)

Para Haesbaert, a região é, ao mesmo tempo, material e simbólica; produzida por múltiplos sujeitos, internos e externos. Todo espaço compreendido como Oriente Médio é, em grande parte, resultado da produção dada por seus sujeitos internos, mas o seu conceito como região foi construído por sujeitos externos; ou seja, a região concebida como Oriente Médio foi materialmente produzida por sua população nativa e simbolicamente produzida, de maneira difamatória, pelas mentalidades hegemônicas europeia e estadunidense.

O conceito de Oriente Médio como região faz parte do imaginário social. A regionalização responsável pela organização simbólica do Oriente Médio é reconhecida pela ciência como produto intelectual e histórico, evidenciado no espaço real. O Oriente

Médio é uma região artefato: sua existência como espaço é concreta, mas a sua definição como uma região do mundo foi criada pelo ser humano, que, não vivendo sua realidade, estabeleceu limites imaginários, de forma a integrar espaços predominado por dinâmicas sociais consideradas muito diferentes e inferiores pela civilização europeia, o que posteriormente, serviu de propósito para sua dominação material.

Considerações Finais

A região se encontra entre o material e o simbólico, entre o real e o imaginário. A região é um construto intelectual sobre o espaço concreto, cuja existência é gerada pela necessidade humana de diferenciar os lugares socialmente habitados uns dos outros, seja onde vive ou terras alheias, seja por agrupamento ou por divisão: de espaços que possuem uma coerência interna e predomínios, identificados pelos seres humanos que criam as regiões como conceito.

Toda representação é uma construção humana/social e não corresponde fielmente à realidade. A região é uma abordagem geográfica e uma forma de representação do espaço. Se o mundo não fosse recheado de tantas dinâmicas sociais e culturas únicas específicas ao lugar, talvez não fizesse sentido regionalizar. Por outro lado, a região nos prova que o todo não se reduz à soma, pois o todo é muito mais que a soma das partes; estamos integrados dentro de um mesmo espaço chamado planeta Terra, e apesar de nossas inúmeras diferenças, compartilhamos de um mesmo grupo bio-existencial, chamado humanidade.

O problema, é que muitos seres da espécie humana não conseguem enxergar o diferente como normal, por isso, segregam, matam e dominam outros seres da própria espécie, que julgam como inferiores e indignos de respeito e liberdade, promovendo uma separação entre “nós” e “eles” que se transforma, não raras vezes, em “nós” contra (ou sobre) “eles”, que foi o que aconteceu quando, durante o antigo período romano, a civilização europeia – propriamente dita “ocidental” – estabeleceu diferenças com a civilização árabe – definida pela primeira como “oriental” –, pois era uma diferença carregada de valor desumanizador, que explicitava o diferente como inferior, tanto intelectualmente quanto culturalmente. Porém, o diferente deveria ser simplesmente diferente, não havendo valor legítimo capaz de dizer que uma cultura pode ser superior ou inferior à outra.

A homogeneização do povo árabe e do Oriente Médio e a visão de que estes são objetos de estudo do europeu ou do estadunidense perduram até os dias atuais. O impactante 11 de setembro de 2001 não criou, mas brutalmente reforçou a imagem negativa dos árabes muçulmanos, que já vinha sendo construída pela Europa durante mais de um milênio. O conceito de Oriente Médio como região, como é mundialmente conhecido hoje, é produto de uma longa construção mental histórica, popular e, até

mesmo, acadêmica, na qual os próprios habitantes desta parte do mundo muito raramente participaram.

A existência do Oriente Médio está muito além da região geográfica que integra países do oeste da Ásia e do norte da África que estão ligados pela Jihad histórica e, consequentemente, ao gigantesco predomínio da religião islâmica e da cultura árabe. O Oriente Médio é uma ideia e também uma ideologia que corresponde à uma região do globo terrestre, a qual lembramos não somente pelos estereótipos e difamação, mas ao ouvirmos certas músicas, comermos certos alimentos ou vermos certas vestimentas sendo usadas, os quais associamos à região. É inegável que essa região presenteou a humanidade com uma diversidade cultural riquíssima, que serviu de base para o desenvolvimento da ciência e da arte no mundo inteiro.

No último parágrafo de sua obra máxima, finalizada e originalmente publicada em 1978, Edward Said diz o seguinte:

Acredito positivamente que muito está sendo feito hoje em dia nas ciências humanas para suprir o estudioso contemporâneo de intuições, métodos e ideais que possam dispensar os estereótipos raciais, ideológicos e imperialistas do tipo fornecido pelo Orientalismo no decorrer de sua preponderância histórica. Considero que a deficiência do Orientalismo foi tanto humana quanto intelectual; pois, ao ter de assumir um lugar de oposição irreduzível a uma região do mundo que julgava alheia à sua, o Orientalismo deixou de se identificar com a experiência humana, deixou de vê-la como experiência humana. (SAID, 2015, p.436)

Cabe a nós refletirmos sobre suas sábias palavras ao relacionarmos elas à realidade do nosso tempo presente...

Referências Bibliográficas

ASHMAN, Howard. **Arabian Nights**: Walt Disney's Aladdin - Original Motion Picture Soundtrack, 1992.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: Conceitos e Temas. 19ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

ENCONTRO COM MILTON SANTOS (ou: O Mundo Global Visto do Lado de Cá). Direção: Silvio Tendler. Produção Executiva de Ana Rosa Tendler. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. 1 DVD.

Estados Unidos da América. Presidente (2001-2009: George W. Bush). **Discurso sobre o início da invasão do Iraque pelas Forças Armadas dos Estados Unidos**. Washington D.C., 20 mar. 2003. Disponível traduzido em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u53194.shtml>

GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manoel. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 1, nº 1, p.21-47, out./nov., 1982.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA., 2010.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**: Letras e Humanidades, Caxias do Sul, nº 3, p.2-24, jan./jun., 2010a.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 26ª edição (2ª reimpressão). Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. 1ª edição (3ª reimpressão). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 17ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

MATOS, Gregório de. Poemas Escolhidos. São Paulo: Cultrix, 1990.

MORAES, Marcos Antonio de. **O Oriente Médio**. Campinas: Editora Átomo, 2013.

MORAES, Marcos Antonio de; FRANCO, Paulo Sérgio Silva. **Geopolítica**: uma visão atual. 4º edição. Campinas: Editora Átomo, 2014.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. Nova edição (5º reimpressão). São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record LTDA., 2000.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.